



REVISTA da CAVALARIA

Revista Quadrimestral de Cavalaria / Mai.-Jun.-Jul.-Ago. / 3ª Série / Ano VII / Nº24
Set.-Out.-Nov.-Dez. / 3ª Série / Ano VII / Nº25



A 13ª Conferência Internacional de Master Gunner



O Esquadrão a cavalo em Moçambique



Sobre a Liderança em Combate



Comemorações dos 100 Anos Marechal António Spínola



Grupo de Auto Metralhadoras

ARMAS:

- Escudo de negro, seis folhas de carvalho de prata, acompanhadas em ponta por duas asas de dragão do mesmo;
- Elmo militar de prata, forrado de vermelho, a três quartos para a dextra;
- Correia de vermelho perfilada de ouro;
- Paquife e virol de negro e de prata;
- Timbre: um cavalo saínte de prata segurando o escudete da Brigada de Intervenção (de azul, a planta de uma fortaleza de prata);
- Divisa: num listel de prata, ondulado, sotoposto ao escudo, em letras de negro, maiúsculas, de estilo elzevir «CAVALEIROS A QUEM NENHUM SE IGUALA» (“OS LUSÍADAS”).

SIMBOLOGIA:

- O NEGRO do campo lembra a cor das armas do Regimento de Cavalaria n.º 6, unidade “mãe” do grupo de auto-metralhadoras;
- As FOLHAS DE CARVALHO, que com a sua reconhecida resistência nas condições mais difíceis, representam as virtudes militares, nomeadamente a coragem e a bravura presentes no espírito e atitude do GAM\FND, simbolizando também o Agrupamento MIKE\BrInt\KFOR força nacional destacada sua antecessora. O seu número é uma alusão clara ao Regimento de Cavalaria n.º 6, unidade que abraça o aprontamento do GAM;
- As ASAS DE DRAGÃO clara alusão ao RC6 que nas suas armas tem um Dragão de ouro, símbolo dos cavaleiros vigilantes das terras de Entre-Douro e Minho.
- O CAVALO, animal nobre que pela sua rapidez e versatilidade actua onde é necessário, representa a prontidão e operacionalidade do GAM\FND. Segura o ESCUDETE da Brigada de Intervenção numa referência à Grande Unidade operacional responsável pelo aprontamento da força;
- A DIVISA «CAVALEIROS A QUEM NENHUM SE IGUALA» (“OS LUSÍADAS”). Esta divisa alude aos cavaleiros e invoca o espírito de sacrifício e de cumprimento da missão presente no soldado português e mais especificamente nos militares do GAM\FND;
- Os esmaltes significam:
 - A PRATA, franqueza e verdade;
 - O NEGRO, sabedoria e constância nas adversidades;
 - O AZUL, generosidade e integridade.

Sumário

■ FICHA TÉCNICA

Propriedade
Associação Revista da Cavalaria

Director
TCOR Miguel Freire

Chefe de redacção
MAJ Paulo Serrano

Redacção
TEN Paulo Fernandes

Revisão
TCOR Miguel Freire
MAJ Paulo Serrano

Contactos
Associação Revista da Cavalaria
Regimento de Lanceiros N.º 2
Calçada da Ajuda
1349-054 Lisboa
E-m@il: revistadacavalaria@gmail.com

Execução gráfica
SOARTES - artes gráficas, lda.

Depósito Legal
203499/03

■ Editorial _____	4
MAJ Cav Paulo Serrano	
■ «13th International Master Gunner Conference» _____	6
CAP Cav Antero Marques Teixeira	
■ «O Esquadrão a Cavalo em Moçambique» _____	13
CAP Cav Umbelino	
■ «Formação Profissional: uma mais valia na Formação» _____	26
MAJ Cav Morais	
■ «Sobre a Liderança em Combate» _____	29
Alexandre Gonçalves	
■ «As doutrina de contra-subversão de Portugal (1960) e dos EUA (2007)» _____	36
MAJ Cav Paulo Serrano	
■ «António de Spínola: o Colégio Militar e a Cavalaria» _____	42
Luis Nuno Rodrigues	
■ «Princípios éticos, condecorações e vencimento. Escutismo e a Instituição Militar» _____	48
MAJ Cav Luis Pimenta	
■ Equitação «Trabalho à Guia» _____	50
MAJ Cav José Pedro Mataloto	
■ Livros _____	52
TCOR Cav Miguel Freire	
■ Resenha de Actividades das Unidades _____	54
■ Indigitações e Nomeações _____	60





Editorial

Este número da revista, à semelhança do anterior, consolida dois números. Por este facto apresenta um conjunto de artigos mais vasto do que habitual. Durante o ano de 2011 a revista teve a iniciativa de comemorar os 100 anos do nascimento do Marechal António de Spínola. Para o efeito, foi solicitado ao Colégio Militar o auxílio para a realização de um evento cultural. O facto de ser àquela Instituição em particular prendeu-se por duas ordens de razão. A primeira pela relação existente entre o Marechal e o Colégio Militar, e a segunda pelas excelentes condições que o Colégio proporciona para aquele tipo de actividades. Para a participação no evento, foi convidado o Sr. Professor Luís Nuno Rodrigues, autor do livro “*Spínola*”, que teve a gentileza de apresentar a vida do Marechal. O acontecimento contou com cerca de 30 participantes, entre eles muitos que acompanharam de perto a vida do militar em África. Apesar da relativa pouca adesão de participantes foi uma jornada gratificante perante a partilha de experiências que foram trocadas. É um breve resumo da apresentação feita pelo Sr. Professor Luís Nuno

Rodrigues, que apresentamos neste número.

O primeiro artigo, da autoria do Cap Cav Teixeira, continua a abordar o interessante tema do Carro Combate Leopard 2 A6. No seio do Exército muitas são as vozes que questionam a existência, ou pelo menos o emprego deste sistema de armas no actual quadro de conflitualidade. Com certeza que o assunto é por demais pertinente, e irá ser tema em próximos números. Até lá, é importante acompanhar a experiência do Cap Teixeira no âmbito das reuniões de cariz multinacional e que permite acompanhar os esforços que os países têm feito no sentido de melhorarem as capacidades do Carro de Combate, entendido ainda como um elemento importante e estruturante nas capacidades de exércitos modernos.

O assunto da Guerra de África na década de 60 e 70 do século passado volta a ganhar relevo em termos de publicação de artigos. As doutrinas difundidas por parte de alguns Exércitos sobre a Contra-Subversão motivam o exercício académico de comparação entre a nossa realidade e doutrinas de outros Exércitos. No fundo trata-se de estudar e analisar a forma de como foi possível conduzir uma guerra em três frentes, longe da

metrópole e durante um período relativamente longo, 13 anos, com sucesso. É também neste sentido, que existem esforços para trazer à luz do dia, a organização e vivência de Unidades de Cavalaria e como foram empregues em combate. O artigo sobre a cavalaria a cavalo em África merece assim destaque pela importância das suas acções e por evidenciar que meios muitas vezes tidos como antiquados, podem ser empregues de forma notável se apoiados por treino excelente e com uma eficiente organização.

O artigo central da revista é da autoria do Alexandre. É de leitura obrigatória! A questão central do artigo foca-se em analisar a liderança. Será que é possível existirem bons líderes, sem serem em primeiro lugar bons Soldados? Será que um indivíduo com “mau carácter” consegue ser um bom líder? Todas estas questões são abordadas neste interessante artigo, e constitui ainda maior interesse por ser escrito por um indivíduo civil – eu explico porquê. Em primeiro lugar, porque constatamos na nossa sociedade em geral o afastamento de pessoas sem qualquer vínculo militar a abordar assuntos militares desta natureza. Só por este facto, o artigo já constitui motivo de interesse. Em segundo lugar, e pessoalmente mais importante, a

MAJ Cav PAULO SERRANO
IESM



temática da liderança cada vez mais assume contornos mais “civís”. Durante os cursos académicos que fazem parte da vida militar, e permitam-me falar sobre a minha experiência pessoal, sempre que são abordados estes temas, ouvimos falar muito de negócios, gestores, competitividade, liderança empresarial, exemplos como o José Mourinho e Steve Jobs, e cada vez menos de vida ou morte, de liderança num ambiente de caos, incerteza e de baixas em combate. É sobre esta última parte que trata o artigo e é por isso que é tão interessante.

A questão da formação é o tema central do artigo do Maj Cav Morais, nomeadamente no âmbito da técnica e tática dos sistemas de armas da Cavalaria. O autor refere, como elemento fundamental nesta área, que o exemplo e o reconhecimento da competência são aspectos preponderantes na formação militar, e que devem adir sobretudo, não por aspectos académicos mas sobretudo pela experiência profissional dos instrutores. No fundo, é questionado até que ponto instrutores sem experiência em determinadas áreas, conseguem obter resultados aceitáveis ou motivar outros indivíduos para aprender matérias, sendo que para os instruendos é geralmente mais valorizado o percurso da carreira do instrutor e a sua experiência profissional do que as suas habilitações académicas.

O último dos artigos, elaborado pelo Maj Cav Luís Pimenta, centra-se na questão do reconhecimento das pessoas, nomeadamente na atribuição de louvores e de medalhas. É um assunto muitas vezes discutido em voz baixa, todos sabendo das invejas e

das discórdias que muitas vezes causam, mas poucos têm a coragem de os abordar em voz alta, muito menos de colocar em papel sob a forma de artigos. O artigo aborda estas questões, colocando o foco em temas que deviam ser apanágio da Vida Militar, mas que por vezes são esquecidos.

A palavra voa, a escrita fica!

Ao galope, À carga!



LINHA EDITORIAL

Os artigos não deverão ultrapassar as 3500 palavras e, sempre que possível, acompanhados de fotografias, mapas ou outras imagens que o autor entenda convenientes. Todos estes ficheiros deverão ser enviados como ficheiros independentes do tipo “.jpeg”, “.bmp”, etc., mas nunca “colados” em documentos word ou ficheiros powerpoint.

Os artigos deverão ser enviados por mail para o endereço: revistadacavalaria@gmail.com.

CORPOS SOCIAIS DA ASSOCIAÇÃO REVISTA DA CAVALARIA 2010-2012

Mesa da Assembleia Geral:

- Presidente: **Presidente Honorário da Arma da Cavalaria, Tenente-General Luís Miguel de Negreiros de Morais de Medeiros**
- Vogal: **Presidente do Conselho da Arma de Cavalaria, Major-General José Alberto Martins Ferreira**
- 2º Vogal: **Tenente-Coronel de Cavalaria Francisco António Amado Rodrigues**
- Secretário: **Sargento-Mor de Cavalaria Luís Manuel Gouveia Antunes**

Conselho Fiscal:

- Presidente: **TCor Cav Marcos de Andrade**
- Vogal: **Maj Cav Peralta Pimenta**
- Secretário: **Maj Cav^a Jorge Henriques**

Direcção da Revista:

- Presidente: **TCor Cav Miguel Freire**
- Vice-presidente: **Maj Cav Paulo Serrano**
- Vogal: **Sr. Luís Costa**
- Secretário: **Ten Cav Paulo Fernandes**
- Tesoureiro: **ISAR Cav Luis Cacheira**

13th International Master Gunner Conference

1. A CONFERÊNCIA

Ocorrendo ininterruptamente desde 1999 no seio da alargada família carrista, esta conferência continua a seguir o seu ideal de partilha participada e aberta de informação, conhecimentos e experiências entre os seus membros no âmbito da excelência tanto da formação como treino no âmbito estrito do tiro de Carro de Combate (CC)¹.

Como tal, os militares nela participantes continuam a ser carristas, essencialmente *Master Gunner*², de entre oficiais e sargentos de Unidades de Carros de Combate e/ou de Unidades de Formação ou até de Centros de Desenvolvimento da Arma Blindada e sempre sem a presença de participantes associados ao mundo empresarial das grandes empresas de sistemas de armas ou munições. Outro aspecto fundamental prende-se com o facto da linguagem carrista empregue nesta conferência se suplantar ao sistema de armas em si que os variados países possam empregar. Estes são tão díspares quanto os apresentados no quadro resumo (Tabela 1) que de seguida se apresenta.

À semelhança das anteriores edições, a conferência seguiu

CAP Cav ANTERO M. TEIXEIRA
Cmdt 1ECC/GCC/BrigMec

o articulado sugerido com um ano de antecedência⁴. A lógica que assiste esta metodologia é a de que deste modo há uma preparação prévia e atribuição de responsabilidades de acordo com as temáticas consideradas relevantes pela direcção da conferência e os restantes membros. Não sendo estranho, como tal, que alguns dos participantes sejam “repetentes” neste tipo de iniciativa e até se dediquem com particular afinco ao estudo e posterior apresentação das temáticas que lhes digam respeito.

2. 13ª EDIÇÃO

Esta edição realizou-se na cidade chilena de Iquique, entre 02 e 07 de Outubro de 2011, com organização do Exército Chileno, em particular do seu *Centro de Entrenamiento de Combate*

Tabela 1 – Quadro resumo dos sistemas de armas empregues pelos participantes da 13ª IMGC

NAÇÃO PARTICIPANTE	CC PRINCIPAL
Portugal	M60 A 3 TTS/ Leopard 2 A6
Brasil	Leopard 1 A5
Bélgica	Leopard 1 A5 (em <i>phase out</i> pela Piranha III)
Canadá	Leopard C2/ Leopard 2 A4 CAN/ Leopard 2 A4M CAN/ Leopard 2 A6M
Chile	Leopard 2A4
Dinamarca	Leopard 2 A5 DK
Espanha	Leopardo 2E
Estados Unidos da América (USMC) ³	M1 A1 Abrams
Holanda	Leopard 2 A6 (à venda, desde a sua retirada do Exército Holandês)
Singapura	Leopard 2 SG
Suécia	Strv 122A/ Strv 122B
Suíça	Pz 87 WE LEO



Foto 1 - Símbolo da International Master Gunner Conference

*Acorazado*⁵ (CECOMBAC) sediado nessa mesma cidade costeira do norte do País. De referir que, pela última vez, a direcção da conferência se realizou com um *chairman* holandês, em virtude dos CC terem sido extintos nesse exército⁶. Nesta edição estiveram presentes 12 delegações nacionais, perfazendo um total de 27 participantes e em que três delegações⁷ inicialmente previstas não estiveram presentes.

Tal como habitual, após instalação no hotel onde se realizou a conferência e o costumeiro *ice-breaker*, sucedeu-se o primeiro dia de

conferência. Um breve *briefing* de segurança alertou todos os presentes para as áreas *off-limits* da cidade, das áreas consideradas seguras bem como dos cuidados a observar de modo a que a informação que flui nesta conferência não pudesse ser alvo de interesse alheio. Seguidamente, iniciou-se a conferência propriamente dita com o *national update* de cada nação participante. Deste surge naturalmente a maior parte do conteúdo das apresentações, sendo que este ano se apresentaram as seguintes alterações:

Portugal: Fase de transição de CC M60 A3 TTS para CC Leopard 2 A6 quase terminada⁸, ainda que não haja presentemente sobresselentes para repor os níveis de operacionalidade. Suspensão da maior parte dos cursos de formação de guarnições até pelo menos Março de 2012⁹. *Initial Operational Capability (IOC)* dos CC Leopard previsto para 2013. Formação inicial na Holanda de três formadores de sistema *VTE*¹⁰ e possível compra de torre de treino de CC Leopard 2 A6 da *KMW*¹¹. Pleno funcionamento do sistema de desumidificação em parque, de manutenção de carga de baterias em parque, de sistema de limpeza automático da peça L55 120mm e sistema de boroscopia. Implementação de *BMS*¹² com recurso a solução temporária interna de *software* com aplicação no *hardware (Tablet PC)*. Continuação da incorporação da família do rádio PRC-525 nos CC Leopard 2 A6. Treino básico (novos Oficiais e Sargentos) em CC M60 A3 TTS com o 3^aECC levantado a partir dos 63 CC ainda existentes, tendo em vista a manutenção de cerca de 20 CC M60 A3 TTS (solução de compromisso). Construção de

oficinas no BAPSvc/BrigMec com capacidades de manutenção até 2^a escalão de CC Leopard 2 A6;

Brasil: Aplicação do projecto Leopard com 200 CC Leopard 1 A5 já disponíveis e último *batch* de 50 CC a ser entregue até Dezembro de 2011. Prevista a configuração em variantes de uso especial¹³. Aplicação de melhoramentos nas carreiras de tiro e formação a decorrer no 1^o e 4^o “Batalhão” de CC, de entre os 8 existentes com pleno uso de sistemas de treino¹⁴. Cursos de instrutor e *master gunner*, para além de restante “tripulação”. Formação numa subsidiária da *KMW* em Santa Maria, Rio Grande do Sul. Desenvolvimento de simuladores de tiro nacionais, baseados em *Steel Beasts* e do projecto Viatura Blindada de Rodas (VBR) Guarani com canhão de 30mm ELBIT UT-30;

Bélgica: Transformação do Exército na sua versão 34.000 em duas Brigadas (Ligeira e Mecanizada a 4 Batalhões Mecanizados, mantendo-se ainda o CC Leopard 1 A5 em apoio à VBR Piranha) e continuação do programa de equipamento do canhão DF 90 e DF 30 para as viaturas de rodas. Existência dum Pelotão de Controlo Vídeo (apoio à formação e treino) e desenvolvimento de um *Table Top Trainer* baseado no *software Steel Beasts* para as novas versões de viaturas;

Canadá: Continuação de treino de tiro para canhão Bushmaster de 25mm e de CC nas variadas versões ao serviço do Exército Canadano. Treino de 25mm como pré-requisito na formação prévia da formação inicial em Leopard C2. Posterior conversão de carristas para versões

mais avançadas de CC Leopard sendo objectivo futuro ter todos os CC nas versões Leopard 2¹⁵;

Chile: Plena implementação do *CECOMBAC* com a realização dos cursos de Chefe de Carro e Apontador de CC Leopard 1 V, CC Leopard 2 A4 e VCI Marder, para além do Curso de Comando da Equipa de Combate (CC e VCI) e apoio ao 7^o Batalhão Mecanizado;

Dinamarca: Previsão do uso do CC Leopard 2 A5 DK até 2024. Continuação dos CC na *ISAF* até 2014. Realização de testes de aumento da janela de coincidência da metralhadora coaxial MG3 do CC Leopard 2 A5 DK. Implementação de sistema de simulação laser Saab BT 46 para viaturas e CC. Aplicação dos novos rádios Harris 152 em conjunto com novo *BMS* para CC Leopard 2 A5 DK, bem como testes e implementação de nova câmara térmica para Apontador e Chefe de Carro no CC Leopard 2 A5 DK. De igual modo, testes e implementação da nova munição 120m HE-T, desenvolvimento de protecção para o sistema secundário de tiro *FERO* e teste de novos trilhos 72T.

Em todos os campos referentes ao CC Leopard 2, a Dinamarca continua a afirmar-se como o Exército com mais inovações e adaptações derivadas da experiência em combate;

Espanha: Adaptação de 15 CC Leopard 2 A4 na versão *PSO*¹⁶ a ser considerada. Aplicação de 144 câmaras térmicas MVT-075 para condutor de CC Leopard 2E. Aplicação do *BMS* Lince II¹⁷ e existência de um fórum nacional de *Master Gunners*. Previsto o melhoramento da protecção de casco nos CC Leopard até aos

padrões de CC Leopard 2 A6M. Compra de nova munição DM-11 na sua versão por impacto e decisão de não comprar o sistema Barracuda. Realização de testes de CC Leopard 2 E¹⁸ na Arábia Saudita, tendo em vista a venda de cerca de 200 CC;

Estados Unidos da América: Mudança do *Armor Center* de Fort Knox, Kentucky para o *Maneuver Center* em Fort Benning, Georgia tendo em vista a redução de custos. CC Abrams M1 A2 SEP V2 como objectivo para CC principal do Exército norte-americano mas *USMC (United States Marines Corps)* com CC Abrams M1 A1, inclusive no Afeganistão;

Holanda: Desaparecimento dos CC no Exército Holandês desde 09 de Maio de 2011 derivada a questões económicas sendo prevista a venda de todos os CC Leopard 2 A6. Manutenção nas fileiras de 25 VBRcup *Büffel* e 10 VBLP Leopard 1 *Leguaan* como meios de recuperação e apoio. De forma a mitigar o desaparecimento dos CC, as Forças Armadas Holandesas pretendem apostar em outros meios como helicópteros Apache, caças F-16 e continuar a desenvolver a VCI CV90 com canhão 40mm e possivelmente com peça 120mm. No entanto, há a intenção de manter o *know-how* carrista, tendo inclusivamente sido lançado o desafio de guarnições poderem ser capacitadas junto de outros Exércitos que para tal se mostrem disponíveis;

Singapura: Carreira de tiro em Singapura com 800 metros leva a que o tiro seja realizado na Alemanha e Austrália, com projecção de meios e guarnições. Continuação de treino

em CC Leopard 2SG e realização do 1ª Curso de *Master Gunner* na Alemanha, com replicação em Singapura para 10 militares (mas complementado com formação posterior na Alemanha);

Suécia: Implementação do fim da conscrição e reestruturação a 5 ECC de Strv 122 (Leopard 2 A6) até 2014 com 3 ECC operacionais (Strv 122A), 1 ECC em parque/depósito preparado para ser projectado para o exterior¹⁹ e um entre ECC em parque/depósito. Cada ECC está organizado a 14 CC e 2 VBRcup Bgbv 120 (BPz3 *Büffel*). Treino táctico de um PelCC e de um ECC a decorrer. Prevista a venda de 140 Strv 121 (Leopard 2 A4) dos 160 já abatidos ao serviço;

Suíça: Manutenção de forças armadas de 100.000 conscritos em detrimento da redução prevista para 80.000 e com aumento do orçamento para a defesa em 160.000 Francos Suíços. Nova transformação do Exército prevista para 2015. O programa *MLU*²⁰ do CC Pz 87 WE LEO²¹ ainda decorre com alguns melhoramentos já alcançados, tais como novos computadores para *BMS Tauro* com aplicação a 4 rádios (2 dados/2 voz) e terminal táctico de *BMS PERI* ao nível R17-A2 da Carl Zeiss e com protecção balística associada ao novo manípulo funcional para Chefe de Carro, sistema de navegação e limpa pára-brisas para condutor de CC, torre com rotação e elevação eléctrica, câmara de condução à retaguarda, mudança de extintores para *Halocarbon*, telefone para infantaria e luzes *led* no interior do CC. Cancelamento de alguns tópicos do programa *MLU*, como a blindagem extra e outro armamento. Dos 134 CC

já intervencionados ao padrão *MLU*, 28 terão *BMS* sendo prevista a total conclusão do programa até Agosto de 2012. Fim de vida de CC Pz 87 WE previsto para 2025/2030. Programa de compra de viaturas Kodiak atrasado e nova VBLP em aquisição. Apresentada a proposta de uma competição interna de tiro de CC do Exército Suíço com alternativa de a mesma competição se poder resumir ao nível da simulação;

-•-

Nos seguintes dias de conferência, foram apresentados os tópicos previamente definidos. Outras temáticas foram apresentadas como "tópicos alternativos" ou "livres", muito graças tanto à extrema disponibilidade em partilhar informação, como do interesse mútuo em variadas áreas e ao elevado espírito de camaradagem sempre presente. Neste aspecto, esta foi uma das conferências mais proficuas até agora realizadas, de acordo com os testemunhos de membros mais antigos e reconhecido como factor decisivo no sucesso desta conferência pelo próprio Coronel de Infantaria Alfonso, Comandante do *CECOMBAC*.

O quadro (Tabela 2) que se segue resume alguns dos tópicos apresentados por nação e temática.

O programa da conferência foi complementada com visitas ao *CECOMBAC* em Iquique e à 2ª *Brigada Mecanizada "Cazadores"* em *Fuerte Militar Baquedano*, no deserto do Atacama.

Dentro da *Escuela de Caballería Blindada* onde se encontra o *CECOMBAC* tivemos a oportunidade de visitar umas instalações totalmente novas e equipadas com os mais recentes

novo *chairman* dinamarquês, como também a facilidade da conferência ser anunciada em termos de organização com dois anos de antecedência. Também foi levantado o interesse em se saber como está a ser a experiência da integração dos variados sistemas *BMS*, quais os diferentes tipos de máscara de protecção NBQ em uso e quais as suas vantagens e limitações e receber particularmente mais informação de ensinamentos decorrentes do emprego em operações em ambientes quentes. Também foi sugerido como futuro contributo nacional, análise de como está a decorrer a integração dos CC Leopard 2 A6, nomeadamente ao nível de estruturação de cursos e questões associadas (níveis de excelência, padrões de selecção de carristas, retenção de quadros, etc.), como está decorrer a integração do *BMS* nacional e do rádio digital PRC-525, como se garante eficácia e eficiência na formação/treino de guarnições sem serem empregues

meios de simulação e ainda contributos referentes ao *long term storage* dos CC Leopard 2 A6 em virtude das limitações actuais associadas à falta de sobresselentes.

3. EXPERIÊNCIA ADQUIRIDA E PROPOSTAS APRESENTADAS

Esta valiosíssima experiência afirma-se indubitavelmente como plena de interesse, tanto pela quantidade e qualidade da informação que aí flui, como pelo desenvolver de laços entre camaradas de armas que partilham uma mesma ferramenta de trabalho e paixão: o Carro de Combate. Como tal, reafirmo a necessidade de continuar e alargar as participações nacionais, obedecendo a uma lógica de continuidade, de modo a se assegurar a inclusão dos conhecimentos na nossa estrutura nacional de formação e treino.

O aprofundamento de laços de proximidade, particularmente com Espanha, Dinamarca e até Brasil no âmbito de possíveis intercâmbios (a nível da formação ou tão somente de partilha de experiências, por exemplo, através desta nossa revista ou de congéneres) ou formações especializadas é amplamente desejável. Estes países, quer por se mostrarem abertos a contactos para intercâmbios quer pela experiência em TO de que são possuídores, são somente alguns dos quais se deve avaliar a real capacidade de concretização a um nível mais formal. Por exemplo, ao nível da formação creio ser relevante o contacto e visita das estruturas de formação e treino do Exército Espanhol (principalmente devido à proximidade geográfica, linguística e de sistema de armas) e do Exército Dinamarquês (principalmente devido ao facto de serem amplos utilizadores do sistema de simulação técnica e táctica *Steel Beasts*, possivelmente o sistema



Foto 3 – Participantes junto a um CC Leopard 2 A4 do Ejército de Chile na 2ª Brigada Mecanizada “Cazadores”

de simulação comparativamente mais barato, funcional em uso). Ao nível do emprego tático dos meios, de considerar *fact finding mission* ao TO do Afeganistão, junto do Exército Canadiano e Dinamarquês. O racional associado justifica-se pelo facto de os sistemas de armas serem iguais ou muito semelhantes ao nosso CC Leopard 2 A6, de se tratar da primeira vez que estes sistemas de armas são empregues em combate²⁸, de estarem em permanência a realizarem variadas missões que vão muito além do uso “clássico” do CC²⁹ e com reconhecido sucesso, de serem sujeitos a modificações locais tendo em vista a adaptação não só às condições climáticas e orográficas locais como também para fazer face às TTP³⁰ empregues pelo adversário. De realçar ainda que se prevê a manutenção destes sistemas de armas em missões de combate até ao ano de 2014.

Cabe-me agora difundir a informação recolhida de modo a se dar corpo à mesma, mediante o estudo das temáticas que se considerem relevantes e que contribuam directamente para um reforçar do nosso sistema de formação, treino e operação

e deste modo levar a que sejam apresentadas propostas concretas e creíveis. Uma das quais é, sem dúvida alguma, a certeza de que se deve concretizar a breve trecho a formação de carristas com formação adequada com a condição de garantir permanência em Santa Margarida junto dos meios na vertente de *Master Gunner*. Para um carrista, a eficácia de tiro é o cúmulo de todas as horas de formação e treino que deve possuir. Para tal, a figura do *Master Gunner* é central para que se dê verdadeiro provimento à máxima “*One shot, one kill*”. Neste mesmo parâmetro, a existência ou uso de simuladores para obviar os custos de operação e manutenção dos meios reais é garante de facilidade de formação, treino e avaliação e correcção atempada de procedimentos. Não existindo ainda em território nacional estes mesmos meios, foi proposta a avaliação das reais capacidades de, no mínimo, treino pós-formação e treino tático em território estrangeiro, enquanto não se adquiram meios próprios e tendo em vista a capacitação e manutenção de capacidades das guarnições.

Foi também proposta a realização da 15ª Edição em solo pátrio, uma vez que somos membro de pleno direito desta irmandade carrista e que Espanha já vai realizar pela segunda vez esta conferência, antes de ter rodado por todos os membros. Esta proposta, a ser aceite, coincidirá com o *IOC* dos nossos CC Leopard 2 A6.

Dado que acabou a arma carrista no Exército Holandês mas que ainda se deseje a manutenção desta capacidade, foi proposto que se considere e avalie a possibilidade de guarnições do Exército Holandês empregarem os nossos CC Leopard 2 A6 em território nacional, de modo a manterem as suas qualificações. O que eventualmente se poderá revelar vantajoso, por exemplo no âmbito da experiência que daí poderá advir em termos de conhecimento transmitido por utilizadores mais experientes do CC Leopard 2 A6.

Estas considerações, de entre outras, foram ponderadas e apresentadas em fórum adequado e estão patentes no relatório da missão, tendo sido propostas linhas de acção que possam conduzir à concretização das mesmas.

4. CONCLUSÕES

Esta conferência continua a constituir-se como uma experiência única de partilha e recolha de informação relativa às técnicas avançadas de tiro e demais inovações e adaptações levadas a cabo tendo em vista o aperfeiçoamento do tiro de Carro de Combate. A pertença a este grupo muito unido e particular é fortemente cimentada na camaradagem e na partilha não só de toda uma linguagem carrista e conhecimentos técnicos como também duma paixão pelo



Foto 4 – Apresentação do *national update* pelo último *chairman* holandês, Maj Douze



Foto 5 – Cap Cav Teixeira com os representantes espanhóis, Teniente Cespedosa (CENAD) e Sargento Primero Calá (X Regimiento Infanteria Mecanizada)

CC. Uma palavra especial recai na qualidade da organização chilena, que eleva a patamares muito altos a futura organização deste evento para qualquer organizador. A nível pessoal, pelas facilidades de partilha de conhecimentos e pelas longas e frutuosas conversas não só durante a conferência como nos momentos mais informais, ressalvo as delegações brasileira, espanhola, suíça e dinamarquesa.

De todos os operadores especializados, da partilha aberta das suas dificuldades, improvisações, melhoramentos e procedimentos, só temos a aprender. Encontramo-nos em plena fase de transição não só de sistema de armas como de exigências no âmbito da formação, treino e manutenção deste nosso cavalo da guerra, acentuadas pela volatilidade da actual conjuntura sócio-económica. Como tal, esta experiência ímpar permite-nos obter de uma forma quase

imediata informação que de outro modo iríamos demorar muito tempo a coligir. Reforça-se esta valência ainda mais quando a larga maioria dos membros da conferência emprega o sistema de armas Leopard 2, ainda que nas variadas versões e adaptações.

Também com a nova direcção da conferência a recair no representante dinamarquês, novos desafios vão ser tentados, como o alargamento a novos membros e relançamento da plataforma *online*. Portugal poderá aqui assumir um papel activo de colaboração, inclusivamente na organização dum conferência a curto prazo, na apresentação de novos membros e contribuição activa para este fórum. E o convite apresentado pelos representantes do Exército Espanhol para a 14ª Edição volta a abrir a porta para que se continue em Saragoça esta valiosa participação.

REFERÊNCIAS

Relatório de participação na 13ª edição da *INTERNATIONAL MASTER GUNNERS CONFERENCE* - Iquique, Chile.

Apontamentos pessoais do Cap Cav Antero Marques Teixeira.

NOTAS

- 1 Ver o anterior número desta nossa Revista, no artigo referente à participação Portuguesa na *12th International Master Gunner Conference* realizada no ano de 2010 em Atenas, Grécia.
- 2 Instrutor Avançado de Tiro.
- 3 *United States Marine Corps*.
- 4 A 12ª edição realizou-se em Atenas, Grécia.
- 5 Centro de Treino de Combate Blindado.
- 6 Na sequência de cortes orçamentais drásticos assumidos a 08 de Abril de 2011, que visaram cerca de 64% do total do orçamento para as Forças Armadas Holandesas.
- 7 Alemanha, Polónia e Noruega.
- 8 1ª e 2ª ECC, bem como ERec/BrigMec equipados com CC Leopard 2 A6; 3ª ECC equipado com CC M60A3 TTS.
- 9 Decorrendo no momento curso de municiadores e estágio de supervisão de manutenção.
- 10 Equipamento vídeo de treino.
- 11 Krauss-Maffei Wegmann, companhia alemã responsável pela construção do CC Leopard.
- 12 *Battle Management System*.
- 13 Como a Viatura Blindada Lança-Pontes ou Viatura Blindada de Recuperação.
- 14 Como o Saab BT 41, *Steel Beasts*, *KMW Turret Trainer*; *computer aided learning*.
- 15 Sejam elas A6M, A4M CAN ou A4 CAN.
- 16 *Peace Support Operations*.
- 17 Com nova CPU e software, hardware melhorado, nova capacidade de transmissão de dados por rádio e interoperabilidade.
- 18 CC oriundo do IV/10/ X *Brigada de Infanteria Mecanizada “Guzmán el Bueno”* sediada em Córdoba.
- 19 Com 5 CC Strv 122B preparados para operações em TO semelhante ao do Afeganistão, na configuração de *hot weather* e 11 CC Strv 122B para projecção em forças ONU/EU.
- 20 *Mid-Life Upgrade*.
- 21 De origem um CC Leopard 2 A4.
- 22 Viatura de Combate de Infantaria.
- 23 *Field Manual- Heavy Brigade Combat Team Gunnery*.
- 24 *Identification, Friendly or Foe*.
- 25 *International Security Assistance Force*.
- 26 A decorrer no Centro de Adiestramento (CENAD) do Campo Militar de *San Gregório* em Saragoça, Espanha
- 27 Visando a partilha de informação e a existência dum repositório de informação seguro e sempre disponível aos membros reconhecidos.
- 28 Para além de combates esporádicos no TO do Kosovo, em 1999.
- 29 Desde realização de *Check Points*, PO/PE a escoltas ou em substituição do *Close Air Support*.
- 30 Tácticas, Técnicas e Procedimentos.



O Esquadrão a Cavalo em Moçambique (1972-1974)

1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Desde cedo se percebeu que a Guerra do Ultramar não seria convencional. Não existiam frentes bem definidas, não existia um inimigo regular, mas as tropas portuguesas continuavam a ser flageladas por emboscadas e ataques rápidos de surpresa, num terreno claramente favorável aos nativos. Era necessário encontrar soluções alternativas, que dessem vantagem às tropas portuguesas. Eram regiões demasiado vastas para patrulhar a pé, em particular com as limitações de Portugal em efectivos, e inadequadas para viaturas, com o seu alto capim e rios frequentes. No entanto, era imprescindível fazer face ao aumento da actividade dos insurrectos quer desenvolvendo forças capazes de garantir a segurança, que tivessem capacidade de combinar a mobilidade em terreno irregular com a capacidade para prender os insurrectos, quer isolando a guerrilha nestas vastas e selvagens extensões de terreno. Além do mais, era de grande importância a capacidade de manter uma forte ligação à população.

A solução foi encontrada na história: o combate com unidades de cavalaria a cavalo. Em 1963, o então Capitão de Cavalaria

Ferrand de Almeida formulou e publicou uma hipótese, na Revista da Cavalaria, sobre a utilização do cavalo na guerra e um pedido para a realização de um estudo concreto e conclusivo feito por pessoas habilitadas. Avançou possíveis problemas como a “adaptação dos animais ao clima e profilaxia de doenças tropicais” ou a “alimentação” (quer na vertente logística quer na veterinária), mas também elencou vantagens como o “desenvolvimento económico das regiões, podendo o cavalo ser utilizado para vários fins tais como agrícolas ou até desportivos” ou a “menor necessidade logística que os meios auto”.

Em 1965, o Tenente-Coronel Luiz Barros e Cunha e o Major Duarte Silva desenvolveram as suas opiniões baseadas em estudos realizados, respondendo assim à proposta anteriormente lançada pelo Capitão Ferrand de Almeida.

O Tenente-Coronel Cunha efectuou aquilo a que chamou “esboço do estudo” onde, relativamente ao cavalo, considerou limitações resultantes de doenças, da altitude, da alimentação; preocupações com o tratamento veterinário, ferração (que se concluiu não ser necessária na maioria dos casos, devido ao terreno arenoso) ou os abrigos de cavalos e cavaleiros em caso de intempéries. Considerou também as vantagens da baixa dependência logística quando comparado com unidades motorizadas e a maior velocidade quando comparado com a tropa apeada. Também o factor surpresa resultante do silêncio nos deslocamentos e o facto de poder actuar em pequenos grupos dispersos potenciava a sua utilização.

O Major Duarte Silva salientou a velocidade das forças a cavalo nas picadas, matas, capim denso ou linhas de água angolanas,



CAP Cav UMBELINO
CAP SAM CHALETA
(CPOS 2010-2011)

perfazia um total de 45 homens. O diferencial para um pelotão normal deve-se à necessidade de manter a célula base de actuação apeada, a equipa de 5 elementos, ficando os restantes elementos na chamada base de guarda de cavalos. Normalmente, para fazer face a qualquer situação de incapacidade física ou necessidade logística eram transportados mais 2 a 3 cavalos de baste por pelotão, para eventual substituição. Estas foram forças que actuaram a partir de um quadro doutrinario pobre, começando na simples organização até à forma de actuar em combate, tendo ainda assim demonstrado bastante eficácia com custos relativamente baixos.

Face ao êxito obtido com as tropas a cavalo dos Dragões de Angola, pensou-se no emprego de uma força similar no teatro de operações de Moçambique, sendo escolhida a região de Vila Pery. Em Agosto de 1972 foi criado o Esquadrão a Cavalo na Região Militar de Moçambique, sedado no Centro de Instrução de Vila Pery, e no mesmo mês foram recebidos os primeiros 36 cavalos, vindos da Rodésia. No entanto, o procedimento revelou-se demasiado rápido e, à data, não estavam reunidas as condições mínimas para a recepção e maneo dos animais. Para tratadores foram indicadas praças africanas que não tinham tido aproveitamento nas especialidades de origem, e para constituir o esquadrão com as 142 praças indicadas, apenas 38 foram consideradas como possuindo os requisitos mínimos indispensáveis para a tropa a cavalo.

Quanto aos cavalos, tinham um estado sanitário satisfatório, com condições físicas aceitáveis e grande rusticidade, tendo resistido



a péssimas condições durante o transporte. O grande inconveniente foi a chegada das sucessivas entregas. Receberam-se em 7 meses, 164 solípedes, ou seja, todos os cavalos para os 3 ou 4 pelotões previstos quando ainda não havia condições para o 1º pelotão. Antes da apresentação do 1º pelotão ao General Comandante-Chefe já estava no esquadrão todo o efectivo de solípedes, sem haver ainda todo o pessoal e nem se saber das praças destinadas a atirador a cavalo. Como termo de comparação, em Angola, entre a recepção do 1º lote e do 2º lote (de 30/40 cavalos cada) passaram cerca de dois anos.

A má qualidade da generalidade das praças era um facto. Eram inúmeras as quedas durante a instrução, resultantes da falta de conhecimento e, especialmente, da falta de carinho no trato dos animais. O modo como, de uma maneira geral, a tropa africana tratava o animal era brusco e inapropriado. O que por vezes melhorava a qualidade das praças era o recompletamento europeu, com as praças punidas e transferidas disciplinarmente de outros locais. O veterinário era recém-licenciado e, embora esforçando-se bastante, não tinha a experiência mínima necessária com cavalos. Valia, na generalidade, a excelente

colaboração dos sargentos do QP que estavam na unidade.

As instalações e a ração foram outros grandes problemas. As cavalariças iam sendo construídas por pessoal do esquadrão, em alpendres provisórios, com chapas dos bidons pregadas num esqueleto de madeira, com piso de terra. Supostamente seriam substituídas por cavalariças de alvenaria, com boxes individuais, mas só uma foi construída. No que às instalações provisórias diz respeito, deterioravam-se com a ferrugem e a chuva; as fezes e a urina (associadas à falta de palha) deixavam o solo num estado lastimável, ficando por vezes os animais enterrados até aos boletos e numa posição de esforço contínuo. Alguns bebedouros eram feitos de bidons serrados longitudinalmente o que provocava cortes nos cavalos. A ração era de granulado com farinha de peixe, que os cavalos rejeitavam, e foi sendo substituída gradualmente por outro granulado. Era necessário haver rotatividade quer de ração quer de instalações, de forma a tentar manter os cavalos nas condições mínimas de operacionalidade.

Também o material não era o mais indicado. Os arreios da ordem só foram recebidos tardiamente, em Maio de 1973, e os provisórios eram



explorar, flanquear, serviços de estafeta, vigiar e reconhecer, entre outras.

Era fundamental que todo o combatente soubesse, sem sombra de dúvida, deslocar-se a cavalo pois a progressão no terreno, montado, é bastante diferente da progressão a péada – é preciso contar com altura, porte, andamentos⁵ e reacções do cavalo. Considerando o binómio Homem-Cavalo, embora o combate se pudesse travar de forma a péada, os combatentes tinham de estar treinados de forma ágil para o combate e tiro a cavalo, pelo que este treino se revestia de significativa importância.

Desde logo duas grandes dificuldades se impunham para além da familiarização com o facto de se andar armado a cavalo (quer para o cavalo quer para o seu cavaleiro). Em primeiro lugar, a complicação que era efectuar tiro certo em movimento (e um movimento muito pouco linear); e em segundo lugar, não era fácil ter sempre os cavalos certos e disponíveis para cada cavaleiro.

Assim, não sendo fácil atingir grande grau de precisão com o tiro a cavalo, procurava-se dar relevo a um objectivo importante – aumento da eficácia nos efeitos

psicológicos sobre o inimigo. Tal era conseguido sobretudo nas perseguições, combinando fogo (tiro instintivo) e movimento. Para se atingir esta eficácia, existiam alguns aspectos a considerar na instrução do pessoal e dos animais. Relativamente aos aspectos do pessoal, salientam-se os seguintes:

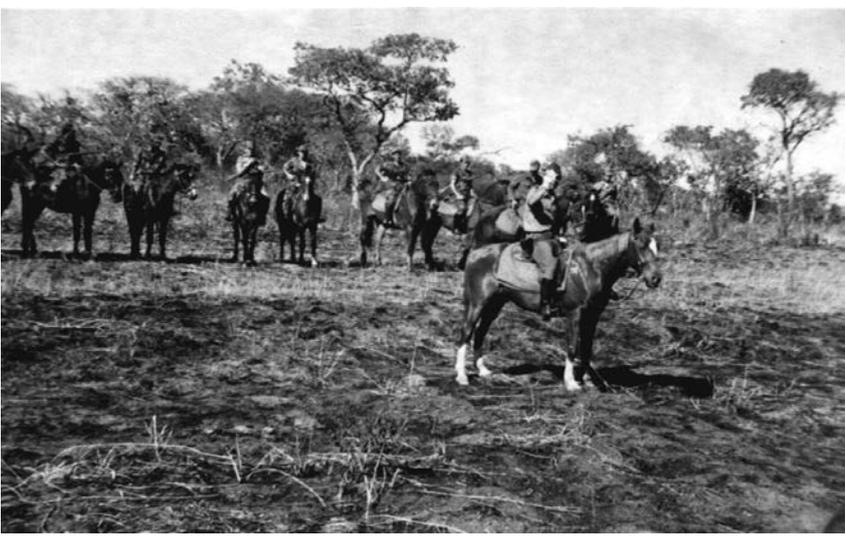
- A instrução ao pessoal só deve ser realizada depois de o instruendo dominar com facilidade a sua montada e estar habituado a conduzi-la com a mão esquerda;
- A bandoleira deve ser colocada à volta do pescoço e por consequência deixar ao cavaleiro os movimentos totalmente livres;
- A mão direita agarra o punho da arma ficando o cano apoiado sobre o antebraço esquerdo, sem deixar de conduzir o cavalo com a mão esquerda e a pontaria será efectuada com a ajuda do mesmo braço;
- Primeiramente o tiro deve ser efectuado com o cavalo parado e seguro por um homem a péada e só depois em movimento, primeiro a passo e só numa fase mais adiantada, a galope;
- Por razões óbvias esta deverá ser

a última instrução a ministrar aos instruendos que entretanto já devem estar completamente preparados na realização de tiro a péado:

- A segurança deve ser cuidadosamente estudada a fim de evitar acidentes devendo o tiro começar por balas de salva.
- Em tropas pouco experimentadas, deve apenas ser executado à ordem;
- Em qualquer caso, nunca deve ser utilizado o tiro de rajada;
- Apenas deverá ser executado em acções imediatas, reacção à emboscada e perseguições;
- Só pode ser executado pelos exploradores e sempre no sentido da progressão do cavalo.

Quanto aos aspectos a considerar na instrução dos animais são de realçar os seguintes:

- Devem os cavalos estar habituados a ouvir os disparos sem manifestarem qualquer excitação, o que se consegue pelo hábito, principalmente realizando periodicamente disparos na cavalaria, durante a ração, e sendo imediatamente afogados pelos seus tratadores;
- Numa segunda fase, os cavalos, no exterior e montados, devem ser habituados aos disparos executados nas proximidades;
- O tiro montado deve ser executado primeiro a passo, depois a trote e finalmente a galope;
- Esta instrução é da maior importância, não só para a execução do tiro mas sobretudo para habituar os cavalos a não se excitarem com o fogo do inimigo, em combate;
- Os cavalos devem também ser habituados a rebentamentos de granadas.



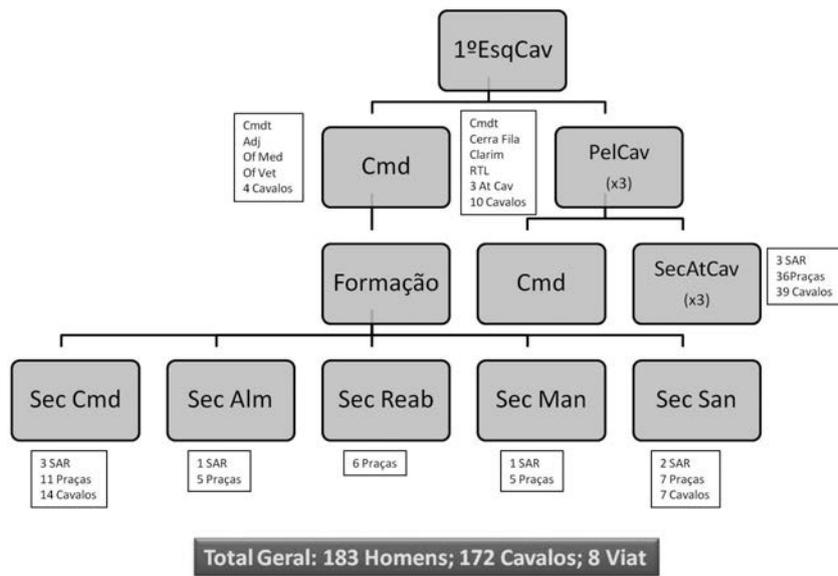


Figura 1 – Organograma do 1º Esquadrão a Cavalos

ao comando do 1º ECav por parte do então Capitão Cavalaria, José Eduardo Figueira de Castro Neves, entre Setembro de 1973 e Fevereiro de 1974, que findo este período, e com a promoção ao posto de Major, passa a desempenhar as funções de Cmdt do CICav.

Dos relatórios que tivemos acesso, resolvemos articular o nosso relato apoiando-nos nas seguintes operações desenvolvidas:

- Operação MOUZINHO, entre Setembro e Outubro de 1973;
- Operação DRAGÃO, entre Outubro e Novembro de 1973;
- Operação INICIAÇÃO, em Dezembro de 1973;
- Operação CHIMOIO, em Janeiro de 1974.

a. Operação MOUZINHO

A Operação MOUZINHO, inicialmente, assentava sobretudo em acções de patrulhamento na margem SUL do Rio PUNGWE, numa faixa de terreno que fazia parte de uma vasta região designada pelos nossos militares de “Farma do CARNEIRO”²².

Para atingirem o objectivo, onde efectivamente iniciavam a missão, o pelotão destacado, deparava-se com uma marcha de cerca de 75 km, feita em 2 troços. O segundo, por não haver água durante o percurso, era executado preferencialmente de noite a fim de se deslocarem pela fresca. O terreno, que cavalos e cavaleiros se deparavam durante o movimento, é como a seguir se descreve; “Em geral é formado por mata, que nesta altura do ano está mais ou menos aberta, em virtude da

seca. Notando-se em várias regiões bastante fechada, o que dificulta a ligação. Junto ao rio a mata adensa-se mais. O solo não é plano. É bastante pedregoso para jusante, o que dificulta o andamento dos cavalos pois estes não se encontram ferrados. Na altura do ano em que o capim está crescido, é difícil andar sem perder a ligação.”²³ Já no local do objectivo, a tropa estacionava, e executava patrulhamentos numa faixa de terreno com cerca de 10 km de extensão, ora para montante, ora para jusante do rio, em dias diferenciados.

As duas primeiras incursões até à “Farma do CARNEIRO” foram relativamente simples, sendo que a maior dificuldade era mesmo o 2ª troço até chegar ao rio. Os pelotões saíam a duas SecAtCav, juntamente com um Ferrador e um Radiotelefonista (RTL), ficando fora por um período de 9 dias aproximadamente. Já na terceira saída, ao terceiro dia, o pelotão do então ASP Of Mil, José P. Guedes Salgado, é flagelado da outra margem do rio por um pequeno grupo de insurrectos, onde se supõe que destes só um tenha feito fogo, disparando duas



Figura 2 – Operação MOUZINHO



circunstanciais que o sector que lhes estava atribuído apresentava, quer pela falta de “sensibilidade” e/ ou “habilidade” que os cavaleiros, sobretudo os recrutados no teatro, evidenciavam.

c. Operação INICIAÇÃO

A Operação INICIAÇÃO é, nos documentos que analisámos, a que tem maior envergadura. Esta foi uma operação de esquadrão, a dois pelotões, com a duração de 5 dias ao longo da margem SUL do rio PUNGWE. A missão atribuída à força a cavalo era capturar e destruir elementos IN, e retirar a população sob o seu controlo. Para o efeito a força dever-se-ia deslocar ao longo de cerca de 80 km de marcha até um PI, reconhecer uma faixa de terreno junto à margem SUL do rio ao longo de cerca de 20 km para jusante, regressar por outra faixa de terreno mais a SUL novamente até ao PI, e regressar finalmente ao CICav. Ao todo, e através de uma análise cuidada das coordenadas constantes nos relatórios, calculamos que os cavalos percorreram uma distância de aproximadamente 200km.

A dimensão da força obrigou a mesma a adoptar outro tipo de medidas de coordenação, com os pelotões a actuarem relativamente distanciados entre si alternando o esforço, e as preocupações quer de carácter logístico, quer operacional foram substancialmente diferentes. O terreno onde ocorre a operação, tem as características já aqui enunciadas anteriormente, com a particularidade de que por se tratar da altura do ano em que a precipitação é maior, “... grandes enchurradas, nesta época.”, o terreno junto ao rio e riachos tornava-se pantanoso.

Em termos operacionais é uma operação que tem como resultado a destruição de cerca de 20 palhotas²⁶, a captura de 1 homem, 2 mulheres e 3 crianças. Mas é sobretudo uma operação muito rica, da interpretação que fizemos, em termos de experiência acumulada e lições aprendidas, da qual destacamos:

- O extenso e duro percurso da operação originou que no regresso os cavalos mais cansados, e com assentaduras,

- regressassem sem cavaleiro regressando o mesmo de viatura. Segundo o Cmdt ECav, nas suas conclusões, era fundamental por cada 3 dias de operação, dar um dia de descanso aos cavalos e não exceder as 8 horas diárias de trabalho com altos incluídos;
- Verificou-se que o pessoal tinha pouca experiência e que deveria ser submetido a mais acções de formação, e a mais operações do mesmo género a fim de criar rotinas e conseguir descontrair durante as acções a cavalo;
- Que a empatia entre cavalo e cavaleiro deveria melhorar substancialmente, traduzindo-se num melhor tratamento, conhecimento, e manejo do cavalo chegando inclusivamente a distribuir-se por cada militar uma cópia da “Prece do Cavalo”;
- Que os cavalos de “Baste” eram uma mais valia, devendo inclusivamente aumentar-se o seu número;
- Que a ração de combate para solípedes deveria ser adequada ao esforço a que estavam sujeitos, sem que a mudança no regime alimentar tivesse implicações a outros níveis;
- Que existem umas árvores de seiva leitosa “MUJEVA”, que provocam alergia nos cavalos, inchando-lhes os olhos podendo provocar cegueira temporária;

Por outro lado esta operação teve também alguns aspectos negativos. É uma operação onde 12 militares tiveram problemas relacionados com dores de cabeça, ouvidos e intestinos, e 1 militar foi mordido por uma cobra. Relativamente aos cavalos, 6 tiveram assentaduras, 2 feridas nas quartelas, e 1 (nº 25 FOCLORÉ) por insuficiência cardíaca teve de ser abatido.



Figura 4 - Operação INICIAÇÃO



havia sempre dois ou três aspectos que prejudicavam a acção da força a cavalo, e era transversal em todos eles nomeadamente o tipo de terreno, a condição física dos solípedes e a sensibilidade dos cavaleiros para o trato com o animal. A constante destes três elementos levava a pouco e pouco, no nosso entender, a uma desmotivação geral por parte dos próprios comandantes

das subunidades que compunham o ECav, que implicitamente iam passando uma mensagem de que era pouco adequada a utilização de uma força a cavalo.

No entanto, entendemos também, que a “Carta a Garcia” não deixou de ser entregue como à partida se poderia supor e em comparação com exemplos similares, como provam os

resultados das acções e operações que referimos neste trabalho. Os obstáculos, dificuldades e agruras pelos quais passaram os nossos militares nos diversos teatros da guerra colonial, fazem deles um soldado de referência em qualquer parte do mundo, e neste caso concreto acompanhado por um dos animais mais nobres na natureza, o cavalo.

BIBLIOGRAFIA

Relatório de Posse de Comando do CICav - Vila Pery, 02 Julho 1974, MAJ CAV José Eduardo Figueira de Castro Neves;

Relatório de Posse de Comando do 1ºEcav - CICav, sem data (provavelmente MAJ/JUN73), CAP CAV Rogério da Silva Guilherme;

Relatórios das Operações MOUZINHO 1, 2, 3, 4, 5, e 6;

Relatórios das Operações DRAGÃO 1, 2, e 3;

Relatório da Operação INICIAÇÃO;

Relatórios das Operações CHIMOIO 3 e 4;

Relatório da Operação ESTRIBO 1;

Quadro Orgânico do 1ºEcav;

Correio gramas do CICav para Cmdt CAV, Rep EM/CTC/RMM, Chefe do Svç de Saúde;

Manual de Técnicas, Tática e Procedimentos do Esquadrão a Cavalo;

Revista da Cavalaria, Março de 2009;

“Contra-insurreição em África, 1961-1974 - O modo português de fazer a guerra”, John P. Cann, Edições Atenas

FOTOGRAFIAS:

Colecção COR Cav Castro Neves

NOTAS

- 1 Termo utilizado para designar o último elemento de uma formação a cavalo, sendo o primeiro vulgarmente designado por chefe de fila.
- 2 No caso operar a cavalo uma Esquadra será constituída por 7 (sete) elementos.
- 3 Este procedimento foi introduzido, por via da experiência, pela sua maior eficiência.
- 4 O chefe de fila, o guarda cavalos (aquele que ficava com os cavalos enquanto os outros elementos actuavam apeados) e o cerra fila. No caso de Trios a operar apeados, têm apenas dois elementos. Não se incluí o guarda cavalos.
- 5 Passo, trote e galope
- 6 Termo retirado das TTP do Esquadrão a cavalo.
- 7 Distância a partir da qual o tiro já não produz os efeitos pretendidos.
- 8 Normalmente esta era a Secção de reserva.
- 9 Incluí cuidados de saúde, alimentação, toma de água e pernoita.
- 10 Paragem efectuada durante um deslocamento, marcha ou progressão.
- 11 Quando não fosse possível a ligação nem o pelotão pudesse desenvolver em andamentos rápidos (matas muito densas e locais muito acidentados)
- 12 Zonas alagadiças, pontes, cursos de água.
- 13 No caso de o objectivo ser um acampamento a acção seria um “golpe de mão”. Tratando-se o objectivo de um grupo inimigo em movimento, a acção seria uma “emboscada”.
- 14 Para efectuar perseguições, deslocamentos rápidos para zonas de intercepção de elementos inimigos em fuga ou para manter uma reserva pronta a apoiar ou reforçar a acção apeada.
- 15 Idem.
- 16 Normalmente este local de estacionamento ficava a cerca de uma hora de caminho do objectivo, à excepção da emboscada, que ficava a cerca de duas horas.
- 17 Considerando que a frente habitual do Pelotão a cavalo era de 300 metros o inimigo ao empenhar-se ficaria imediatamente envolvido e sem grande capacidade de resposta.
- 18 Todo o material que era colocado sobre o cavalo, desde arrieiros a carga a transportar.
- 19 Aproveitavam-se estes altos para verificar se corpos estranhos se tinham introduzido nos cascos dos cavalos e se as aparelhações se mantinham correctas.
- 20 Espécie de manta que se coloca nos cavalos, cobrindo-lhe o corpo desde o pescoço até à garupa e até ligeiramente abaixo da barriga, que os mantém quentes e mais confortáveis.
- 21 Conhecida actualmente como CHIMOIO
- 22 Nome do proprietário dos terrenos na referida região
- 23 Extracto do Relatório da Operação MOUZINHO I
- 24 Espingarda ou Fuzil artesanal, utilizado pelos guerrilheiros, que podia disparar desde “balas” a pregos, e até pedras
- 25 Ferimentos no dorso do cavalo provocados por uma “má aparelhação” (manta numa posição incorrecta ou demasiado curta, arrieiro numa posição incorrecta ou em más condições), ou inclusivamente por uma posição incorrecta do cavaleiro
- 26 Tipo de cabana com telhado de palha utilizado para habitação da população local
- 27 Conhecida actualmente como CATANDICA



Formação Profissional: uma mais valia na Formação

(Artigo escrito de acordo com o novo acordo ortográfico)

Sentido o *toque* do Editorial das edições n.º 22 e 23 da nossa Revista e tendo consciência que após a frontal e honesta constatação do “estado da arte” relativa à quantidade de artigos submetidos à apreciação da direção, decidi contribuir e assim dificultar a árdua tarefa de seleção de artigos, que certamente o referido Editorial provocou.

1. INTRODUÇÃO

Neste pequeno artigo irei abordar a formação e a experiência profissional de quem a conduz. Embora seja uma temática abrangente e aplicável a outros contextos, vou cingir a minha reflexão à formação formal, no âmbito da técnica e tática dos sistemas de armas características da Cavalaria - Carro de Combate (CC), Reconhecimento (Rec) e Polícia do Exército (PE).

Tendo presente a especificidade da *nossa* Cavalaria, onde se realça a reduzida dimensão (meios humanos e materiais), a tecnicidade, onerosidade e variedade dos sistemas de armas utilizados e a abrangência das áreas de atuação (CC, Rec e PE, entre outras), estas características deverão

ser vistos como oportunidades passíveis de explorar e não como constrangimentos.

2. PONTO DE PARTIDA

Definidos os limites da *área de operações* passarei, de seguida, a concretizar o assunto.

À semelhança de outras áreas (e.g., a liderança), o exemplo e o reconhecimento da competência são aspetos preponderantes na formação militar. Sem dúvida que para dar o exemplo, quer na *proficiência técnica*, quer no *desembarço tático*¹, que se procura transmitir não requer a obrigatoriedade do formador possuir determinada experiência profissional, nem é o facto de estar *encartado* com o *diploma x ou y* que garante o exemplo. O exemplo é demonstrar e não dizer como se faz - mesmo em contexto teórico é importante a exemplificação e a materialização dos conceitos na prática.

O reconhecimento das competências, mais do que determinado diploma confere, deve ser observado na ótica do formando. Este deve identificar *autoridade moral* no seu instrutor, não proporcionada pelas suas habilitações académicas mas principalmente pelo seu percurso de carreira.

Abstendo-me de responder, as seguintes questões são sintomáticas desta realidade. *Qual a credibilidade do formador que nunca desempenhou funções de PE e ministra cursos nesta área? Qual o valor acrescentado que resulta da instrução sobre “partir o trilho” de um CC quando o formador nunca executou esta tarefa sem ser em “sala de aula”? O que ganha o formando quando os ensinamentos sobre a ocupação de uma Zona de Reunião, são feitos tendo por base a experiência vivida? Qual o efeito, na perceção de um aluno do Curso de Promoção a Capitão, quando alguém lhe fala da atuação de um Subagrupamento Mecanizado sem nunca ter estado em Unidades de tal tipologia?*

3. IMPACTO DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO FORMADOR

Preparado que está o *campo de batalha*, de seguida irei apresentar a minha perspetiva.

Sobre o impacto da experiência profissional na formação, embora não seja um requisito formal para a nomeação de um formador, julgo ser um aspeto que deve ser, sempre que possível, observado. Este facto, além de credibilizar a formação, traz outros ensinamentos

MAJ Cav LUIS MORAIS
GCC/Brig Mec



Figura 1 – Marcha para Contacto

que não estão vertidos nos manuais, embora a transmissão dos conceitos doutrinários tenha, obrigatoriamente, de ser respeitada.

4. VANTAGENS E DESVANTAGENS DA FORMAÇÃO SER MINISTRADA POR PESSOAL SEM EXPERIÊNCIA PRÁTICA

A verificação da situação em que o formador não possui experiência profissional no domínio das áreas que ministra, garante que as bases teóricas não são deturpadas pela vivência quotidiana. Desta feita é acautelada a transmissão dos procedimentos corretos e dos fundamentos que norteiam a prática. Em contraponto, observamos que existe o risco de se passar uma visão redutora e minimalista das tarefas que se ministram.

Ciente que *o ideal é inimigo do ótimo*, julgo que a credibilização da formação só é possível quando o *mundo real* é trazido para o seu seio. O *canudo* dos formadores é um *pro*

forma, ao passo que a experiência além de ser uma necessidade, deveria ser uma *obrigação*.

5. CONTRIBUTOS PARA OTIMIZAR O PROCESSO

Numa perspetiva em que, onde existe um obstáculo, se deve procurar ver uma oportunidade e tendo presentes as características que nos diferenciam dos demais,

julgo que temos condições para, nesta temática, melhorar ainda mais a formação ministrada na Arma.

Em abono da verdade, no que à formação dos quadros diz respeito, tem-se constatado a preocupação em dar um cariz mais prático e mais aproximado da realidade. Saliento as iniciativas que levaram, em tempos, determinadas componentes formativas a ser ministradas em *contexto de trabalho* (e.g., tática de CC ministrada no GCC, tática de Rec no ERec da BrigMec e no RC 6, PE no RL 2).

Neste contexto, sou da opinião que é exequível o emprego de recursos humanos da Componente Operacional (COp), em ações de formação, e não somente o usufruto das suas instalações e materiais. O simples facto de algumas matérias serem ministradas por entidades da COp traria uma mais-valia à nossa formação. Se por outros motivos (insuficiência de pessoal) este facto já se verificou, mais eficiente seria se esta medida fosse tomada tendo por base uma visão mais ambiciosa.

Medidas neste sentido permitiriam estreitar a ligação entre as diferentes vertentes da Arma. Por



Figura 2 - Ofensiva



Sobre a Liderança em Combate

(sobre os apenas líderes, os maus líderes, os bons líderes e os grandes líderes)

Os líderes, os homens e mulheres que lideram outros homens em situações extraordinárias são sempre especiais. Têm de o ser. Dos líderes dependem vidas e resultados – dos seus homens e das missões.

Mas o bom líder já o é, antes de para isso ser treinado. Nenhuma escola pode produzir um bom líder, nenhum instrutor pode ensinar alguém a liderar, se aquele que aprende, não possuir, de forma inata esse dom; aquela característica que não se sabe bem explicar, mas que, imediatamente se sente e reconhece.

A liderança, esse conceito tão difícil de definir, que os Anglo-saxónicos tanto prezam e que, à falta de adjectivo, caracterizam por “either you have it, or not” (ou tens, ou não tens) diz quase tudo. O general Patton dizia que “a liderança é a “coisa” que faz ganhar as batalhas, sei que a tenho, mas raios me partam, se a consigo explicar!” A Escola de Infantaria do Exército Americano (Fort Benning na Geórgia, EUA), definiu liderança em apenas duas palavras – “Follow me!” que é, aliás, a sua divisa.

As Academias e as Escolas formam futuros líderes, providenciam-lhes conhecimentos teóricos, práticos e técnicos, dizem-lhes como deve ser um bom líder, mas – e como o próprio nome da Instituição indica – formam líderes académicos, homens que serão líderes em virtude de serem Oficiais e Sargentos, mas não necessariamente bons líderes.

Para os militares, a palavra “bom” faz toda a diferença, porque, para os soldados liderados, significa na esmagadora maioria das vezes, voltar para casa pelo seu pé, ou então, com a Bandeira do seu país como cobertor.



O treino confere competências técnicas e físicas. A formação inclui conceitos e ensinamentos teóricos sobre liderança, mas a capacidade de liderança é inata, da mesma forma que é inato o carisma, ou um qualquer talento. Pode e deve ser trabalhado, aprofundado, refinado. Ter o dom não é suficiente, mas é fundamental; em contrapartida, o oposto nunca será possível. Um bom Soldado pode não ser um bom líder, mas um bom líder é sempre um bom Soldado.

O que é um bom líder? O homem a quem os seus subordinados seguem sem questionar a ordem recebida, mesmo sabendo que podem não regressar? Esta visão épica e cinematográfica da liderança é bem real, aconteceu inúmeras vezes ao longo da História e continua a acontecer. O que faz com que os homens obedeçam a esta ordem, mesmo estando apavorados? O que faz com que outros homens em igual circunstância se recusem a obedecer à mesma ordem? Simples, o homem que a dá. Para se obedecer a uma ordem, os subordinados têm

ALEXANDRE GONÇALVES
Investigador Free Lancer

de ter absoluta confiança no seu comandante enquanto profissional e líder - saberem que aquela, e não outra, é a ordem mais certa, mais sensata, a melhor ou única possível dadas as circunstâncias. Aqui, coloco fora da equação uma das regras fundamentais de qualquer estrutura militar - a obediência - porque sabemos que uma ordem dada por um superior hierárquico é para cumprir, independentemente de ser ou não absurda, insensata, errada etc. etc. Mas sabemos igualmente, que em combate, algumas ordens são desobedecidas, e o motivo para que tal aconteça, deriva normalmente da incompetência da dita.

Um Veterano da 2ª Guerra Mundial disse numa entrevista que seguiria o seu Comandante ao inferno, mas que em relação a alguns Oficiais que conheceu, não os seguiria sequer para dentro de água! Esta opinião diz tudo, e era, infelizmente, partilhada por muitos camaradas...

Então o que faz de alguém um líder? De que "material", é feito um líder?

Para facilitar a "arrumação" do meu raciocínio, e talvez a leitura de quem ler, irei compartimentar as "classes" dos líderes de combate como a elas me referi no título deste artigo.

Os apenas Líderes - Aqueles que, por formação académica, concluíram com êxito o curso para o qual se candidataram. São líderes em virtude de serem comissionados Oficiais, por serem detentores de um posto que lhes possibilita o comando de homens e de Unidades Militares. É óbvio que têm treino, que estão munidos das ferramentas teóricas e práticas para desempenharem a sua função.

Poderão ser bons militares, poderão mesmo ser insuperáveis em alguma ou algumas áreas da sua profissão, mas por falta da componente inata nunca serão bons líderes.

Os maus líderes - Aqueles que nunca deveriam ter escolhido a carreira das armas, mas em virtude de terem concluído com êxito a sua formação, são colocados em posições de comando. Muitos maus líderes escolhem esta profissão por tradição ou pressão familiar. Outros permanecem em posições de comando porque são protegidos por alguém "mais acima".

Por vezes um mau líder revela-se apenas no treino de combate, ou pior ainda, no próprio combate. Até então, aos olhos dos seus homens, poderia ser um bom líder. Porquê? Porque normalmente um mau líder é imaculado na sua apresentação, autoritário na sua voz de comando, profundamente disciplinador nas camaratas, proficiente na formação teórica e demasiado afastado dos subordinados, mascarando dessa forma a sua inaptidão; contudo, esta forma de estar, induz os homens a pensar que o seu Comandante é apenas um homem demasiado rígido, demasiado arrogante, mas que, quando as "balas começarem a voar", ele estará lá, e saberá o que fazer. O mau líder é - consequência axiomática do seu carácter - inseguro, egocêntrico, impõe autoridade por intermédio do medo e da patente, não por respeito genuinamente ganho, é arrogante com os subordinados e subserviente com os superiores. Um traço menos comum, mas igualmente denunciador de que "algo se passa" é o carisma artificial - esta característica, quase sempre traduzida no visual, está intimamente ligada à insegurança e

à vaidade - a utilização de acessórios icónicos, iguais aos usados por famosos líderes. Casos há, em que o falso carisma se complementa com a utilização frequente de poses e frases "feitas", igualmente retiradas de um protagonista famoso, e cuja consequência visível é torná-lo alvo de gozo - nas suas costas! A única contribuição positiva que um mau líder dá, (especialmente ao nível de Companhia, dada a proximidade dos homens) é fazer com que os seus homens se tornem mais unidos - por não contarem com o apoio do seu Comandante, tornam-se mais dependentes entre si, e simultaneamente mais autónomos enquanto tomadores de decisões, forjando profundos laços de amizade, antes mesmo de começar o combate. Este factor, embora nascido de uma "má relação" pode produzir notáveis pequenas unidades, sobretudo quando o mau líder é substituído (preferencialmente antes do combate) por um bom líder.

Por vezes, um líder não é mau por tomar más decisões, é mau, simplesmente por não as tomar. Quando isto acontece, e como todos sabemos, os homens morrem em vão.

Os bons líderes - São os homens e as mulheres que conseguem raciocinar sob pressão e debaixo de fogo, que não "paralisam", que ponderam as decisões antes de darem as ordens, que mantêm o equilíbrio e a coesão da sua unidade, que gerem as potencialidades individuais, que delegam tarefas, que conferem autonomia de acção aos subordinados. Um bom líder, pode não ser particularmente inteligente no que toca a inteligência abstracta, pode não ser particularmente culto ou instruído, pode até ser



que exige um equilíbrio muito bem medido entre distanciamento e proximidade - Os Pelotões, as Companhias, os Batalhões, as Divisões - são os Soldados; Os líderes são apenas os seus "curadores". Os Ingleses têm uma palavra que define bastante melhor o que pretendo dizer - Care takers.

Gostaria de sublinhar e aprofundar um aspecto, que referi no início do artigo - A obediência. A relação entre a liderança e a obediência pode tornar-se moralmente conflituosa e mesmo paradoxal - é muitas vezes a decisão mais difícil que um líder tem de tomar, por contrariar o próprio princípio que advoga, e sob o qual rege a sua conduta.

Está um grande líder disposto a desobedecer a uma ordem directa do seu superior, se considerar que essa ordem pode pôr em risco as vidas dos seus homens, desnecessariamente? Na minha opinião, pode e deve. Porquê? Porque se não o fizer, não é boa pessoa, e não sendo boa pessoa, não é um grande líder!

Vou dar-vos um exemplo de uma situação que define um grande líder, e que certamente, muitos de vós conhecerão do livro e da série de televisão "Band of Brothers":

Este episódio retrata a última Patrulha de Combate efectuada pela Companhia "Easy", na cidade de Haguenau, na Alsácia Lorena. Esta cidade francesa estava separada da Alemanha pelo rio Moder, e o Coronel Robert Sink, Comandante do Regimento, ordenou ao ainda Capitão Richard Winters, (que na altura era já 2ª Comandante de Batalhão) uma patrulha através do rio com o objectivo de alcançar as linhas alemãs e capturar soldados inimigos para interrogatório. Winters, apesar de já não ser o

Comandante da Companhia Easy, supervisionou pessoalmente a operação. A missão foi cumprida de forma brilhante com a captura de dois prisioneiros, mas ao custo de uma morte, a do soldado Jackson. Os dois prisioneiros capturados, pouco ou nada revelaram de importante. Resultado? O Coronel Sink ordena nova patrulha para a noite seguinte. O objectivo era o mesmo, os homens eram os mesmos, mas desta vez, teriam de penetrar mais profundamente em território inimigo, porque a casa que servia de posto de observação aos alemães, tinha sido destruída com cargas explosivas. Quando o Capitão Winters é informado da nova patrulha, fica incrédulo, melhor dizendo, fica indignado com tal ordem. Porquê arriscar mais vidas por um resultado semelhante? Nessa noite, quando o Capitão Ronald Spiers, (Comandante da Comp. Easy) o informou que ia dar o briefing aos homens, Winters disse-lhe que iria fazê-lo pessoalmente. É importante referir que a resistência alemã no norte da Europa se aproximava rapidamente do fim, e os homens começavam a sentir pela primeira vez, que poderiam de facto sobreviver à guerra.

O Capitão Winters entrou na sala onde os seus antigos homens aguardavam, tensos e ainda abalados pela morte de Jackson. Winters congratulou-os pelo sucesso da missão, deu-lhes o briefing da nova patrulha, mudando apenas a hora do início para duas horas mais tarde - às 01h00. No fim, após um breve silêncio, disse-lhes para dormirem uma boa noite de sono. Os homens entreolharam-se num misto de interrogação e espanto! Winters prosseguiu - "De manhã cedo, vão ter comigo e reportam

que atravessaram o rio, mas não foi possível trazer nenhum prisioneiro vivo..." Num segundo, a atmosfera pesada, deu lugar a sorrisos e suspiros de alívio.

Winters sabia que o Coronel Sink, carinhosamente apelidado de "Bourbon Bob" pelos seus homens, devido ao consumo exagerado de Jack Daniels, ia estar a dormir pesadamente a essa hora. Mas Winters sabia também que esta desobediência podia custar a sua breve mas brilhante carreira de Oficial. O seu amigo Capitão Lewis Nixon, na altura, chefe do serviço de informação do Regimento, escreveu o relatório oficial da missão. Até ao fim da guerra, ninguém no Regimento, suspeitou que o relatório era falso. O Coronel Sink morreu em 1965, sem saber que a "Última patrulha" nunca aconteceu!

Este é o tipo de coragem moral que define um grande líder, e esta coragem é muito rara, muito mais rara do que a coragem física. O que é um grande líder? É isto.

Algumas considerações sobre a liderança corporativa, ou civil:

Nos dias de hoje, o conceito de liderança enche páginas de livros e salas de conferências, sobretudo, sobre liderança corporativa. Liderança civil, portanto. Não faltam por aí aspirantes a líderes acabados de sair das Universidades, absolutamente confiantes de que após todas as leituras e palestras, serão carismáticos e talentosos líderes de empresas multinacionais e multimilionárias...

Esta palavra tão elitista - no bom sentido do termo - foi banalizada por gestores e políticos civis que nasceram em tempos de paz. Não pode nem deve ser dita de ânimo leve, muito menos por pessoas, que





Alexandre G. 2004

Eu tinha um medo constante de desiludir os meus homens e tinha um medo constante de morrer. Foi a combinação destes medos, que me levou a aprender tudo o que podia sobre a minha profissão, e assim, poder trazer para casa o maior número de homens possível.

Dito isto, não tenho a certeza se existe o chamado “natural born leader”. Alguns líderes nascem com aptidões e talentos especiais, mas, no meu caso, qualquer que tenha sido o meu sucesso enquanto líder, adveio de uma boa educação, condição física, intenso estudo e preparação... Estava igualmente rodeado de homens altamente disciplinados e treinados para cumprir qualquer missão. Acrescenta sorte à equação, e facilmente perceberás que o segredo do meu sucesso residia no facto de me ter conseguido manter vivo mais um dia...

Se tivesse de aconselhar um jovem líder prestes a entrar em combate,

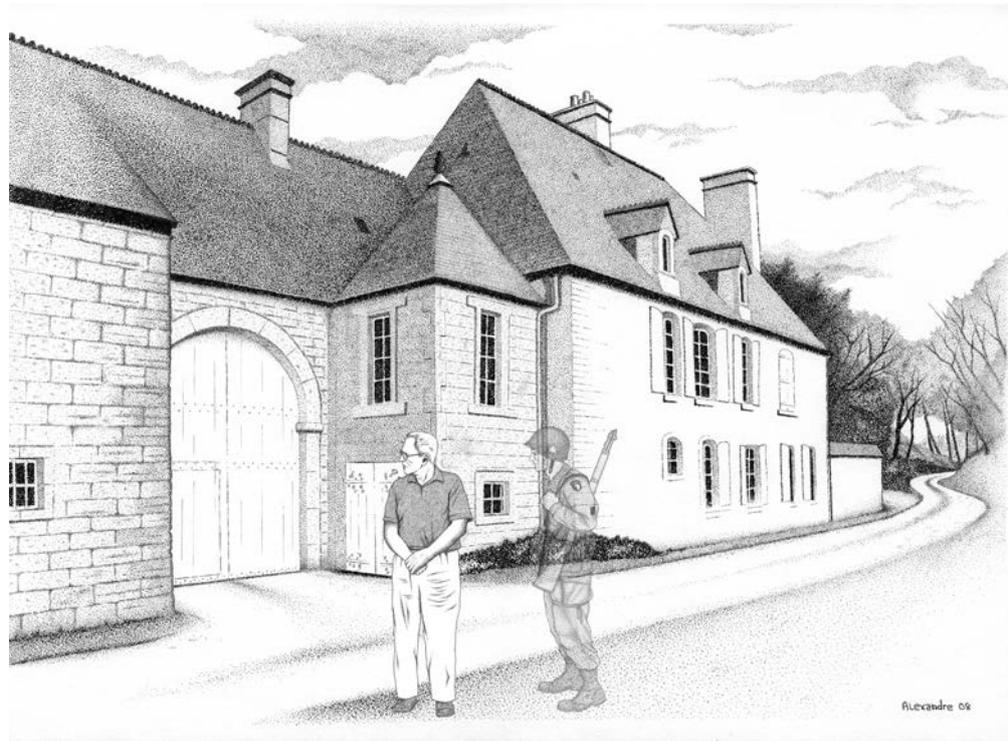
dar-lhe-ia uma série de princípios que, tenho a certeza, resultariam em sucesso, independentemente do campo de trabalho em que estivesse envolvido.

Em primeiro lugar, e destacado, um líder deve esforçar-se para ser um indivíduo de carácter sem falhas, de competência técnica e coragem moral.

No romance de Anton Myers “Once an Eagle”, (leitura obrigatória para qualquer Oficial das Forças Armadas) o protagonista Sam Damon diz, “Não podes evitar onde nasceste, e não tens muito a dizer, sobre onde morrerás, mas podes e deves passar os dias, como um bom homem.”

Como te tornas um bom homem? Começas com a primeira pedra - a honestidade - e a partir daí, constróis o carácter. Se tiveres carácter, a pessoa que está a trabalhar contigo pode confiar em ti... O carácter confere ao líder uma bússola moral que permite focar os seus esforços nos valores que preza: coragem, honestidade, abnegação e respeito pelo homem.

O carácter também permite que tomes decisões rápidas e correctas. Alguns poderão considerar a minha decisão de desobedecer a uma ordem directa do meu Comandante, em Hagenau, como uma violação do próprio princípio que defendo, mas, no meu coração, nunca poderia arriscar a vida de homens sem razão aparente, quando claramente, nada seria ganho que já não tivéssemos alcançado. Será que fui correcto? Na minha perspectiva, fui, e nunca me arrependi da decisão tomada. O mesmo princípio aplica-se ao desenvolvimento de um líder de competência. Aqueles a quem foi confiada a tarefa de liderar, têm de estudar a sua profissão de forma a tornarem-se totalmente proficientes em tática e tecnologia. Antes da Invasão, eu li todos os manuais táticos a que pude “deitar a mão”, para melhorar o meu conhecimento tático e a minha competência profissional. Fiz isto fora do horário de trabalho, enquanto os outros se divertiam nos bares. Enquanto os outros gozavam a vida social, eu estava a ler e a educar-me, a



Alexandre 08

As doutrina de contra-subversão de Portugal (1960) e dos EUA (2007)

O Exército dos Estados Unidos da América (EUA) em 2006 publicou o *Field Manual 3-24* (FM 3-24), entendida como a doutrina de “*Contra Subversão*”, que teve por base as lições aprendidas nos Teatros de Operações do Iraque e do Afeganistão, mas também a experiência de outros países que estiveram envolvidos em conflitos semelhantes.

Portugal esteve envolvido numa Guerra de Contra-Subversão, no período de 1961-1975, nas suas colónias de Moçambique, Angola e Guiné. A doutrina portuguesa teve inspiração nas experiências britânicas e francesas, nas campanhas da Malásia e da Argélia, respectivamente. Conforme salienta John P. Cann¹, a forma como Portugal conduziu durante treze anos uma Guerra deste tipo em três Teatros de Operações constitui um êxito que é esquecida pelos eruditos não Portugueses (Cann, 1998:7).

Este artigo propõe analisar e determinar quais as **principais diferenças** entre a actual doutrina do Exército dos EUA de 2007, que espelha uma abordagem de um Estado num contexto do início do século XXI (pós-11 de Setembro) e a doutrina do Exército

Português de 1963 que espelha uma abordagem, também de um Estado, mas num contexto do século XX, durante a Guerra Fria caracterizado por guerras contra movimentos independentistas em colónias ultramarinas.

É importante referir que em 2009, o Exército dos EUA, publicou um novo manual, o *Field Manual FM 3-24-2*, que diz respeito a aspectos iminentemente táticos e técnicos. Assim, efectuei neste primeiro artigo uma comparação a aspectos mais teóricos e de enquadramento, abordando num **próximo artigo a comparação entre a doutrina portuguesa e o manual americano de 2009.**

1. OS ASPECTOS MAIS RELEVANTES DA DOCTRINA DO EXÉRCITO PORTUGUÊS (1960)

Entre 1961 e 1974, Portugal enfrentou a tarefa de conduzir uma campanha de guerra Contra-Subversiva em três das suas colónias: Guiné, Angola e Moçambique. Dada a escassez de recursos em Portugal, a estratégia assentava em disseminar o fardo o mais possível pelas colónias e conduzir as operações de forma lenta para

que os recursos fossem suficientes (Can, 1998:62).

Numa antecipação à Guerra e na sequência da queda de Goa, o Estado-Maior do Exército iniciou a elaboração da doutrina “*O Exército na Guerra Subversiva*”. De referir, que por volta dos anos 50, eventos como os de Cuba com Fidel Castro e as experiências da França e da Grã-Bretanha na Indochina e Malásia, respectivamente, foram incluídas nas actividades curriculares do IAEM (Cann, 1998:64). A doutrina é constituída por 5 livros: Generalidades, Operações contra bandos armados e guerrilhas, Acção psicológica, Apoio às autoridades civis e Administração e logística.

No volume 1, **Generalidades**, são abordados os temas da subversão e contra-subversão. O tema da guerra subversiva aborda os **principais conceitos** relativamente aos diferentes tipos de guerra e da forma de diferenciação das guerras subversiva, psicológica, de guerrilhas, insurreccional e guerra civil. São descritas as **fases dos movimentos subversivos** bem como a caracterização de cada fase, assim como as formas de acção da subversão.

A luta contra a subversão aborda os **princípios da contra-subversão** dos quais se consideram que provavelmente o mais

- Capítulo 1 - Subversão² e Contra Subversão.
- Capítulo 2 - Unidade de esforço: integração das actividades civis e militares.
- Capítulo 3 - Informações na Contra Subversão.
- Capítulo 4 - O desenho da campanha de contra subversão e das operações.
- Capítulo 5 - A conduta das operações de contra subversão.
- Capítulo 6 - O desenvolvimento das Forças de segurança da Nação Apoiada³.
- Capítulo 7 - Ética e Liderança para a contra Subversão.
- Capítulo 8 - Sustentação.

No **capítulo 1, Subversão e contra Subversão**, são desenvolvidos aspectos teóricos relacionados com a subversão, como a evolução, as modalidades de aproximação dos movimentos subversivos, os diferentes tipos de mobilização possíveis de serem empregues, os elementos da subversão e as suas dinâmicas. A doutrina considera que existem **princípios históricos** da contra subversão, nomeadamente a importância da Unidade de esforço, a preponderância dos factores políticos, que a contra subversão deve entender o ambiente operacional; as informações guiam o desenvolvimento das operações; que os insurgentes devem ser isolados das suas causas e dos seus apoios; que a segurança debaixo das regras da lei é essencial. De todos os princípios é dado destaque a que principal objectivo da Campanha é a obtenção de **legitimidade**.

Assim como existem princípios históricos da contra subversão, também existem **factores imperativos** da contra subversão. Esses factores são a gestão das

informações e expectativas; a utilização do nível apropriado de força; a necessidade de aprendizagem permanente e a adaptação; a necessidade de reforçar os escalões mais baixos e apoiar constantemente a Nação Líder.

No **capítulo 2, Unidade de esforço: integração das actividades civis e militares**, é dada ênfase a esta ligação que se considera como **crucial** nas operações da contra subversão. É de destacar que se considera que o controlo do nível de violência é o aspecto chave de toda a operação. É neste contexto que é referida a necessidade da aplicação do Poder Nacional ao longo de linhas de operações, sendo que devem estar **dirigidas em primeiro lugar para a população**. As forças militares devem possuir determinadas capacidades nomeadamente, infantaria apeada, especialistas linguísticos, polícia militar, assuntos civis, engenheiros, unidades sanitárias, apoio logístico, assuntos jurídicos, e elementos contratados⁴.

Neste capítulo é apresentado um exemplo da estrutura de uma *“country team”* onde é dado relevo à integração das estruturas/elementos civis e militares. É esta equipa que é responsável pela ligação interagências para lidar com o apoio à Nação apoiada. Outra estrutura referida para promover a ligação e cooperação são os Centros de operações Civis-Militares.

O **capítulo 3, Informações na Contra Subversão**, trata o assunto das Informações na contra subversão. É dada ênfase que neste tipo de ambiente operacional, as informações assumem um papel relevante, por se dirigirem sobretudo acerca da população. As informações e as operações devem ser interligadas

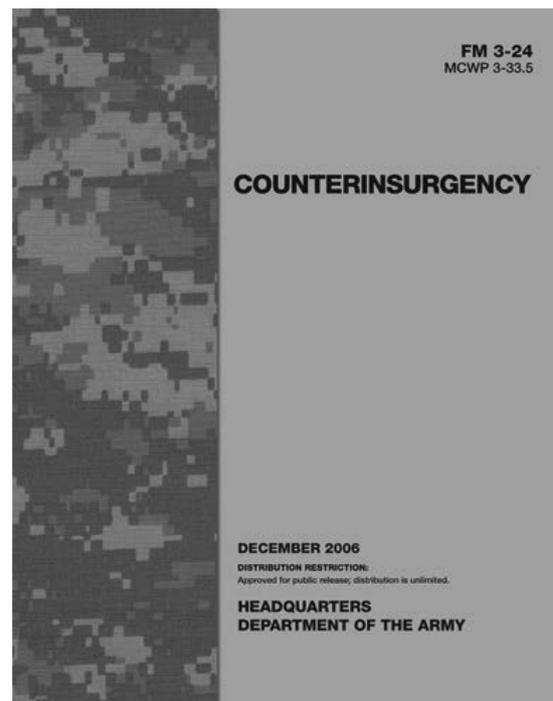


Figura 2 - FM 3-24 Counterinsurgency.
Fonte: <http://www.google.pt/imgres?q=FM+3-24+Counterinsurgency&hl=pt>.

e todas as operações devem ter requisitos de âmbito da recolha de informações. É neste capítulo que é descrito o *“Intelligence Preparation of Battlefield”* (IPB), bem como as respectivas diferenças relativamente ao utilizado em operações convencionais. Este capítulo descreve a avaliação da ameaça, o movimento subversivo mais em particular, nomeadamente as actividades que podem conduzir, as suas formas de financiamento, e as formas de aproximação que estes movimentos podem efectuar.

No **capítulo 4, O desenho da campanha de contra subversão e das operações**, é abordada a formulação do desenho da campanha e das operações da contra subversão. É considerado que o desenho da campanha pode bem ser o **aspecto mais importante da campanha de contra subversão**. As linhas de operações para uma contra subversão podem incluir as operações de informações, a



A doutrina portuguesa dá relevo à importância da interligação de todos os instrumentos durante conduta da campanha, sendo de destacar que só o instrumento militar não é suficiente para o sucesso, no entanto não aborda o aspecto do planeamento operacional. Interessa salientar que o nível operacional (“*Operational Level*”) emergiu no Ocidente em 1982 com a revisão do Manual do Exército EUA *FM 100-5* (Kress, 2002: 37.) Neste aspecto considero que a **principal diferença** está no enfoque que o nível operacional como nível de ligação entre a estratégia e a táctica merece da doutrina EUA, bem como no estabelecimento de critérios de desempenho e de eficácia como forma de acompanhar a evolução da Campanha.

Relativamente ao segundo aspecto, a doutrina portuguesa destaca a **conduta das operações a nível táctico**, sendo este aspecto de menor incidência na doutrina EUA. O volume dois da doutrina portuguesa é dedicado aos aspectos tácticos do emprego da força, desde o estudo e forma de actuação do Inimigo como à conduta táctica das unidades de combate (tipos e formas de actuação). A doutrina Americana neste aspecto, não apresenta referências significativas, sendo de destacar apenas as abordagens para este tipo de campanha. No próximo artigo será feita uma tentativa para comparação de aspectos iminentemente tácticos e técnicos, pelo que este aspecto merece referência mas por enquanto é inconclusivo.

Relativamente ao terceiro aspecto, a doutrina portuguesa define um quadro conceptual para a **organização das forças** a empregar em sectores. De acordo

com a doutrina as forças devem ser constituídas por **forças de quadrícula** assentes em Infantaria e dotadas de meios auto; **forças de isolamento**, com base em unidades de reconhecimento de Cavalaria, e acções de vigilância, **forças de flagelação** e **forças de intervenção** que tinham por base o agrupamento, helicópteros, pára-quedistas e os comandos, devidamente organizadas e preparadas táctica, técnica e psicologicamente para a contra subversão. (CECA, 1990: 122-123). No caso Português houve necessidade de reformular formas de emprego e de actuação para aquele conflito. Relativamente à doutrina Americana existem poucas referências quanto à organização de forças para este tipo de conflitos, sendo de considerar que no aspecto global as forças estão adaptadas para a condução de operações naquele tipo de conflito. As mudanças necessárias assentam mais ao nível do desenho da campanha e das tácticas e de procedimentos, tanto ao nível do planeamento como da condução das operações.

As doutrinas estão distanciadas temporalmente cerca de 40 anos, o que claro suscitou o aperfeiçoamento de tecnologias que possibilitam novas ferramentas. Por exemplo, as medidas de eficácia e eficiência são possíveis dado os avanços tecnológicos que permitem tratamentos de dados de forma estatística, e o conceito de “*targeting*” assente num conjunto de estruturas, organizações e capacidades que permitem obter efeitos num determinado alvo bem como avaliar os efeitos surgem devido à evolução de sistemas tecnológicos, mas no âmbito conceptual doutrinário considero não existirem diferenças significativas.

A Guerra de África deve merecer destaque também, pela forma como se conseguiu produzir um enquadramento teórico que passados 40 anos ainda se encontra actual na generalidade dos seus conceitos. Tal facto vai em sentido contrário ao de que geralmente se diz de que “*os portugueses não planeiam ou fazem-no mal*”. A literatura existente sobre a matéria é essencialmente sobre a forma como se conduziu a guerra. Seria interessante analisar quais foram os factores, as motivações e a organização que foi adoptada, que levou a que tenha sido possível planear e elaborar uma doutrina que permitiu uma condução militar com sucesso durante treze anos.

No próximo número da Revista é intenção continuar a explorar estas duas doutrinas, focalizando a análise em aspectos tácticos e técnicos.

NOTAS

- 1 No seu livro “*Contra-Insurreção em África*”.
- 2 Tradução livre da expressão “*Insurgency*”.
- 3 Tradução livre de “*Host Nation Support*”.
- 4 Tradução livre da expressão “*Contracting elements*”.
- 5 As “*measures of effectiveness*” estão relacionadas com os efeitos obtidos com as acções, enquanto as “*measures of performance*” estão ligadas com as acções.

BIBLIOGRAFIA

- CANN, Jonh P (1998). *Contra-Insurreção em África*. S. Pedro do Estoril : Edições Atena, Lda.
- EME (1963). *Doutrina Militar Portuguesa de Contra-Subversão*. Lisboa: EME.
- GARCIA, Proença (2004?). *O Fenómeno Subversivo na actualidade*. Lisboa: IESM.
- NORTON, Jason Michael (2007). *The French-Algerian War and FM 3-24 CounterInsurgency a Comparison*. Kansas : Leavenworth



António de Spínola: o Colégio Militar e a Cavalaria¹

**Palestra proferida, a convite da Direcção da Revista da Cavalaria,
no Colégio Militar, a 08 de Janeiro de 2011**

INTRODUÇÃO

Das várias facetas da vida do Marechal decidi hoje centrar-me naquelas que mais directamente nos dizem respeito às duas instituições que, de alguma maneira, se encontram associadas a este evento: o Colégio Militar e a Arma de Cavalaria. São duas dimensões fundamentais da vida e da formação de António de Spínola, muitas vezes ignoradas quando se escreve sobre a vida e a obra do Marechal.

1. A INFÂNCIA

Nascido em Estremoz a 11 de Abril de 1910, António de Spínola era filho de António Sebastião de Spínola e de Maria Gabriela Alves Ribeiro de Spínola, ambos naturais da Ilha da Madeira, onde se tinham casado no ano de 1902. A sua família, à qual se viria a juntar três anos depois um irmão mais novo de nome Francisco, residia em Estremoz porque o pai era funcionário das Finanças e, na altura, encontrava-se colocado nessa localidade alentejana onde, na verdade, não possuía grandes raízes².

LUÍS NUNO RODRIGUES
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
[Palestra proferida no Colégio Militar, a 8 de Janeiro de 2011]

Alguns meses depois, a 5 de Outubro de 1910, foi instaurada a República em Portugal. Seria a primeira mudança de regime político que António de Spínola conheceria ao longo da sua vida, embora esta lhe tivesse sido certamente imperceptível devido à sua tenra idade. De qualquer modo, a sua infância iria ser marcada pela constante instabilidade política, pelas tensões sociais e pelas dificuldades económicas que o País atravessaria nos anos seguintes, sobretudo em resultado da eclosão do primeiro grande conflito mundial em 1914. Foram anos de crise a todos os níveis. Sob o ponto de vista político, em Março de 1916 iniciou-se o chamado Governo da “União Sagrada”, uma coligação do Partido Democrático, de Afonso Costa, com o Partido Evolucionista, presidido por António José de Almeida. No entanto, a coligação seria dissolvida e, em Abril de 1917, foi empossado mais um Governo liderado por Afonso Costa, o terceiro desde a implantação da República, que acabaria por levar Portugal a entrar na Guerra, ao lado dos aliados. Para além da instabilidade política, Portugal conheceu também, neste ano de 1917, fortes dificuldades económicas, com o agravamento das condições de vida, tanto no campo como nas



Figura 1 - Prof Luis Nunes Rodrigues

ciudades, onde a população sofreu directamente a escassez dos bens de consumo e a carestia de vida. Nos meios rurais, como aquele em que Spínola nascera, era também particularmente sentida a partida de muitos jovens, mobilizados para a Guerra. A agitação social intensificou-se, com os protestos do movimento operário e de outros grupos sociais, que culminariam na greve geral de Setembro de 1917, e com a mobilização da oposição monárquica e católica. O Governo reagiu e, em Maio deste mesmo ano, decidiu suspender os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. No mês seguinte, chegou mesmo a declarar o estado de sítio em Lisboa. Em Dezembro de 1917, na sequência de novo golpe de Estado, chegava ao poder o “presidente-Rei” Sidónio Pais.

Todos estes desenvolvimentos tiveram um impacto significativo na vila de Estremoz. Nesse conturbado ano de 1917, a família Spínola achou ser a altura certa para enviar os seus dois filhos para casa dos avós em Porto da Cruz, na Ilha da Madeira. Foi nesta localidade que António de Spínola iniciou a sua escolaridade e completou o primeiro ano da instrução primária, em Julho de 1917. A estadia, porém, foi bastante curta e, no ano seguinte, António e Francisco regressaram ao continente. A família foi então abalada pela morte súbita da mãe, Maria Gabriela, com apenas 32 anos³.

2. O COLÉGIO MILITAR

O pai de Spínola, viúvo, residia agora em Sintra e decidiu matricular os seus dois filhos no Colégio Militar. Spínola tinha na altura dez anos de idade e acabou por fazer o seu primeiro ano lectivo nesta instituição em 1920-1921, nela permanecendo até 1928, sendo o aluno nº 33.

O começo não foi fácil devido, sobretudo, a motivos de saúde. Ainda antes de entrar para o Colégio, Spínola tinha sofrido de Varíola e depois, em pleno ano lectivo, foi fortemente atacado por uma doença pulmonar que o afastou praticamente durante todo o segundo semestre lectivo. Ultrapassadas as primeiras dificuldades, porém, Spínola viveria anos intensos e marcantes no Colégio Militar. Neste instituição cumpriu um percurso escolar mediano, obtendo uma média de 13 valores na primeira e segunda classes, com notas melhores a Matemática e a Geografia. Em termos de comportamento, a sua



Figura 2 - As boas vindas pelo Sub Director do CM, Cor Inf Caetano

caderneta escolar descreve-o como um aluno “correcto, atento” e com “manifesta vontade ao estudo”. Nos dois anos seguintes destacou-se sobretudo a História, Geografia e Desenho, embora recebesse, em termos comportamentais, algumas reprimendas. Na sua caderneta ficaria registada uma advertência por “gravar” o seu nome numa das mesas do refeitório e uma outra por se portar “incorrectamente” dentro da sala de aula. O balanço, porém, não era negativo, surgindo António de Spínola como um aluno “correcto, vivo e cuidadoso” e que demonstrava “boas qualidades”, apesar de ser “simples” e “acriançado”⁴. O próprio Spínola recordaria mais tarde um episódio ocorrido aquando da récita do seu sexto ano no Colégio Militar. No teatro do chamado “quartel velho”, o sub-director do Colégio, coronel Octávio Frederico Dias, surgiu de surpresa nos bastidores, apanhando Spínola a fumar e mandando-o “recolher imediatamente” ao Colégio. Quando o mesmo sub-director se deslocou mais tarde à camarata do jovem António para o chamar de volta à récita, encontrou-o, de novo, a fumar. O

resultado seria a proibição de sair do Colégio Militar durante alguns domingos⁵.

Com o tempo, António de Spínola viria a melhorar o seu comportamento no Colégio Militar, adaptando-se à “disciplina militar” da instituição. As “observações finais” da sua caderneta escolar referem-no como um aluno que soube “aceitar os conselhos” e que, inclusivamente, foi “anulando os pequenos defeitos que lhe tinham sido notados, tornando-se um cadete altamente disciplinador” e um “bom auxiliar na educação dos outros alunos da companhia”. Spínola tinha desempenhado “os serviços a seu cargo com muita dedicação e de maneira a só merecer elogios”, revelando-se um aluno “enérgico, brioso e professando um grande culto pelos princípios de boa camaradagem”⁶.

Durante este período do Colégio Militar, conforme o próprio Spínola tinha gosto em recordar, descobriu a sua “verdadeira vocação”, decidindo “abraçar a carreira das Armas” que passou a constituir “o grande sonho da sua vida”⁷. O coronel Carlos Alexandre de Moraes, que privou de perto com António de

Spínola numa fase posterior da sua vida, salienta que este ficou sempre “profundamente” ligado ao Colégio Militar, bem como “às amizades que ali criou, permanecendo-lhes fiel ao longo da sua vida”. Para Spínola, ter estudado no Colégio Militar constituía “uma honra tão alta” quanto as condecorações que receberia posteriormente ao longo da sua carreira⁸. Aliás, António de Spínola escolheria mesmo o Colégio Militar para receber a mais alta condecoração existente em Portugal: a Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, no grau de Grande Oficial com Palma, que lhe foi imposta a 18 de Outubro de 1973, numa cerimónia realizada naquele estabelecimento de ensino militar, com a presença das principais autoridades militares e civis da altura. Assim se justifica também que, naquele que foi porventura o dia mais importante da sua vida – 25 de Abril de 1974 –, Spínola tenha decidido fazer uma paragem junto do Colégio Militar, no trajecto que efectuou do Quartel do Carmo até a Pontinha, depois de ter recebido o poder das mãos de Marcelo Caetano. Tratou-se, no dizer do próprio, de uma “saudação simbólica ao estabelecimento onde me orgulho de ter aprendido a amar a Pátria”⁹.

3. SPÍNOLA E A ESCOLHA DA ARMA DE CAVALARIA

Concluído o Colégio Militar, Spínola matriculou-se na Escola Politécnica de Lisboa, onde completou os seus estudos preparatórios. Com apenas 18 anos foi promovido a primeiro-sargento cadete e colocado no Regimento

de Cavalaria 4, em Santarém. Anos mais tarde, aquando de uma visita à Escola Prática de Cavalaria (EPC), já no desempenho das funções de presidente da República, Spínola não se esqueceria de salientar a “emoção” com que voltava à “casa-mãe” da Cavalaria, onde tinha aprendido as “primeiras noções” militares: “aqui fui colocado como primeiro-sargento; e a minha inexperiência de então foi superada pelos velhos sargentos que me ajudaram nas artes de responder por um Esquadrão. Guiado pelas suas mãos, aqui fiz a primeira Guarda de Polícia [...] foi nesta parada que recebi as primeiras lições”¹⁰.

Em 1930, António de Spínola ingressou na antiga Escola do Exército, fazendo em definitivo uma escolha que viria a ser determinante para o resto da sua carreira: a opção pela arma de Cavalaria. A Cavalaria representava, nesta época, uma escola de “elite”, uma vez que para serem admitidos nesta arma, os candidatos tinham de ter “uma nota em equitação superior a 14 valores e superar duríssimas provas”, exigências que, contudo, não se revelaram particularmente difíceis para António de Spínola¹¹. No dia 1 de Novembro de 1933, depois de concluir o curso de Cavalaria, foi promovido ao posto de Alferes, sendo colocado no Regimento de Cavalaria 7¹². Permaneceu neste Regimento até 1939 mas, pelo meio, frequentou o tirocínio de Arma na Escola Prática de Cavalaria em Torres Novas, entre 1933 e 1934. Neste período foi-lhe concedido o seu primeiro louvor como oficial, no qual se destacava o seu “entusiasmo” pela profissão militar. Terminado o tirocínio, apresentou-se no Regimento de Cavalaria 7, onde viria a permanecer durante mais cinco anos, recebendo também

vários louvores. A 1 de Dezembro de 1937, António de Spínola foi promovido a Tenente¹³.

As “superiores virtudes” daqueles que escolhiam esta arma e o espírito de união e de solidariedade entre os homens de cavalaria seriam princípios que Spínola reafirmaria constantemente ao longo da sua carreira. Quando, mais tarde, foi chamado a exercer cargos de responsabilidade militar e mesmo política, Spínola escolheu para seus colaboradores próximos, preferencialmente, oficiais de cavalaria. A 21 de Julho 1972, num discurso proferido na Guiné, precisamente no Dia da Cavalaria, Spínola reconheceu que foi a opção por esta arma que lhe “temperou o carácter e a personalidade militar”. A arma de Cavalaria, como Spínola gostava de afirmar, “não é melhor nem pior que as outras, mas é diferente”, em grande parte pelo “desassombro”, pela “desenvoltura”, pela “coragem física e moral” que contribuem para moldar o “alto espírito de corpo” que unia os Cavaleiros. Era uma arma “cheia de tradições mantidas ao longo dos tempos em sucessivas passagens de testemunho” que “sempre vem marchando na vanguarda dos exércitos” e na qual se pode sempre encontrar “a essência de um espírito militar”¹⁴.

Em Novembro de 1939, António de Spínola foi também um dos fundadores da *Revista da Cavalaria*, tornando-se um dos colaboradores mais regulares desta publicação. Em Março de 1940, por exemplo, Spínola publicou uma verdadeira apologia das virtudes da arma de Cavalaria, num artigo intitulado “O Mordente de Cavaleiro”. Neste texto, procurava estimular nos oficiais de Cavalaria o seu “brio de Cavaleiros, bravos, decididos e



sempre prontos para o imprevisto e para o sacrifício”. Os oficiais desta arma deveriam ser “completos como cavaleiros”, juntando aos seus “conhecimentos técnicos e táticos” o verdadeiro “espírito cavaleiro”. Deveriam também ter habilidade para “incutir às praças do seu pelotão ou do seu esquadrão, as qualidades viris que são apanágio do cavaleiro”. Fazendo eco de princípios que iriam, décadas mais tarde, pautar a sua conduta, Spínola afirmava: “Em arma nenhuma, como a nossa, o oficial está tão em contacto com o soldado, como nós [...] é a competência do chefe que cria a confiança dos subordinados, que o seguirão sempre, cegamente, para toda a parte, animados do mesmo espírito cavaleiro, prontos a dar a sua vida no cumprimento do seu dever, quando confiados no valor do seu chefe”. Competia ao oficial de cavalaria obter essa confiança “instruindo e cuidando do soldado”, sendo “paternal e bom” quando o soldado cumprisse, mas “castigando, sempre que seja necessário, com equidade e justiça”. Deveria dar o exemplo, “sendo o primeiro no perigo, que deixa de ser perigo para o soldado que, confiadamente, siga o oficial”. Segundo Spínola, um soldado comandado por um “oficial pusilânime e indeciso, perde a confiança, passa a ter medo, e o medo é a morte do cavaleiro”. Mas havia ainda um conjunto de outras qualidades necessárias a um bom oficial de Cavalaria. Quando em campanha deveria possuir “uma cultura, um desembaraço, uma intuição tal, que não tenha nunca a menor hesitação, a mínima indecisão”, uma vez que um oficial de Cavalaria indeciso, nunca poderia ser um bom oficial. No fundo, “o bom oficial faz o bom

soldado”, pelo que deve procurar ser “tão excelente espelho que perdure, para todo o sempre no seu espírito, regressado que seja à vida civil, a lembrança do seu oficial e a convicção de que, com ele, não há possibilidade de ser vencido na luta”¹⁵.

Não é exagero afirmar que o código de conduta que iria pautar a carreira militar de António de Spínola estava já definido no início da década de 1940: “A maneira como soubermos encarar as agruras da guerra, a natural alegria com que aceitarmos os maiores sacrifícios que nos sejam impostos, a prontidão com que voarmos em socorro dos nossos camaradas num momento de desfalecimento seu, atravessando as forças que retiram desmoralizadas do campo da luta, com o sorriso nos lábios e a confiança na nossa actuação estampada no rosto, tudo isto restituirá o moral a essas forças e porá ordem na sua desmoralização”. Com recurso ao chamado “mordente do cavaleiro”, o oficial “reanimará o moral da tropa que retroceda, fá-la-á mesmo recuperar a confiança perdida”. A tropa “electrizada com a presença da cavalaria [...] começará por se deter”. Depois, “sugestionada pela bravura serena com que o cavaleiro marcha para o inimigo, a fim de se opor, pelo menos, à sua progressão vitoriosa, essa tropa se retemperará depressa e obrará prodígios”. Escrevendo já em plena segunda Guerra Mundial, as alusões à conjuntura da época surgiam naturalmente. Do artigo resultava um quase apelo à prontidão das tropas, como se a guerra pudesse alastrar ao extremo ocidental da Europa: “tenhamos orgulho em ser oficiais de cavalaria, mas não esqueçamos nunca que,

para dignamente o podermos ser, precisamos de trabalhar e muito, quer instruindo-nos, quer educando e preparando os nossos soldados para a guerra”¹⁶.

Acrescente-se que António de Spínola frequentou em 1942 o curso de “Comandos de Esquadrão” na Escola Prática de Cavalaria, obtendo a classificação de “Muito apto”, com a indicação de ser um “oficial enérgico, desembaraçado, sabedor e sensato com uma cultura geral e militar fora do vulgar no seu posto actual”¹⁷. No ano seguinte, António de Spínola abandonou temporariamente a Guarda Nacional Republicana e foi colocado no Regimento de Lanceiros 2 onde permaneceu desde Março de 1943 a Outubro de 1944, como adjunto do Comando. Precisamente em Março de 1943, voltou a publicar um artigo sobre questões militares, com especial incidência nos temas de Cavalaria. Ainda em plena segunda Guerra Mundial, António de Spínola reflectia agora sobre os limitados recursos financeiros de Portugal e sobre o modo como esta circunstância impedia que o Exército português se modernizasse “materialmente”. Por “mais entusiasmo que tenhamos em aumentar a eficácia da nossa arma”, a verdade era que a Cavalaria portuguesa não se podia transformar numa “arma moto-mecânica”. Era necessário continuar a empregar a “velha Cavalaria, no quadro do Exército que na realidade possuímos”. No entanto, Spínola caracterizava já a Cavalaria portuguesa como uma unidade “mista”, constituída por “elementos hipo, motorizados e mecânicos”. Sempre presente no seu espírito estavam as missões de observação na Alemanha, pelo que destacava as “modernas unidades



moto que tivemos ensejo de ver no estrangeiro”, possuindo “maior velocidade”, “grande flexibilidade” e “fluidez” de elementos “através de todo o terreno”¹⁸.

A 20 de Março de 1944, Spínola foi promovido a capitão, assumindo o Comando do 2^a Esquadrão do Regimento de Lanceiros 2. Alguns meses mais tarde, a 21 de Outubro de 1944, regressou à GNR, assumindo desta vez o Comando do 4^a Esquadrão do Regimento de Cavalaria, na Ajuda. Conforme salienta Carlos de Moraes, a acção de António de Spínola no 4^a Esquadrão foi verdadeiramente “notável”, tendo promovido a completa reestruturação daquela unidade, que atingiu sob seu comando “o mais alto nível de instrução”. Spínola era, já nesta altura, “muito considerado” no seio da arma de Cavalaria¹⁹.

Em 1953, António de Spínola foi convidado para a “Comissão de Regulamentos da Arma de Cavalaria”, passando a acumular estas funções com o comando do 4^a Esquadrão de Cavalaria da GNR. Viria a colaborar até ao ano de 1960 na elaboração dos “regulamentos tácticos” da Arma de Cavalaria.

Aliás, já desde 1951 que António de Spínola discorria sobre esta questão nas páginas da *Revista de Cavalaria*, defendendo a necessidade de rever os “processos de elaboração” dos Regulamentos Militares. Spínola era da opinião que “o crescente tecnicismo da moderna guerra, impõe, num futuro mais ou menos próximo, a evolução do antigo conceito de Armas no sentido de agrupamentos especializados”. Era dentro desta orientação que se deveria enquadrar a concepção dos futuros regulamentos. A arma de Cavalaria, em particular, tinha passado a ser constituída por “elementos de tal forma diferenciados tecnicamente, que se torna praticamente impossível elaborar os seus regulamentos dentro do antigo conceito”. Spínola defendia igualmente a “imperiosa necessidade dos regulamentos acompanharem as fases evolutivas da técnica moderna”. Ou seja, não havia lugar para a “morsidade dos processos adoptados no passado”, sendo necessário elaborar os regulamentos “rapidamente e quanto possível perfeitos”. Escrevendo já depois da adesão de Portugal à NATO, Spínola

defendia que, em termos de conteúdos, Portugal enveredasse pelo “caminho da adaptação dos regulamentos congéneres em usos nos países aliados” o que permitiria também a “unificação doutrinária, circunstância de ponderar no campo da actuação militar dos pequenos países que, dentro do actual panorama político do mundo, se limitarão apenas a constituir pedras auxiliares do xadrez internacional”²⁰.

4. OS CONCURSOS HÍPICOS

Em paralelo com a sua carreira militar, Spínola desenvolvera uma apetência especial pelo desporto hípico, participando e vencendo inúmeros concursos realizados no país e no estrangeiro. Desde 1940 que a *Revista de Cavalaria* o referia competindo em concursos diversos e em 1942 considerava-o já como um dos “novos” particularmente bem “apetrechado” para os concursos, salientando a valia das suas montadas²¹. O próprio António de Spínola não se eximia de comentar na *Revista de Cavalaria* as organizações levadas a cabo pela Sociedade Hípica Portuguesa, salientando o modo com esta instituição, “com notável regularidade”, organizava “uma série de reuniões hípicas destinadas ao treino dos seus sócios concursionistas, a desenvolver o gosto pela competição aos novos cavaleiros, e a fomentar o prazer por esta modalidade desportiva ao difícil público da capital”²².

Ao longo da década de 1950, António de Spínola continuou a participar em numerosos concursos hípicos, assumindo igualmente parte activa na organização e no



Figura 3 - A Assistência

aconselhamento técnico de vários destes certames. Na altura seu competidor directo, Carlos de Moraes avalia-o como “excelente cavaleiro” e recorda que o seu nome figurava “entre os melhores das nossas pistas”. Particularmente conhecidos eram os seus cavalos *Hannover* e *Achiles* e a égua *Antje*, com os quais venceu inúmeros prémios e concursos. Spínola era já notado, “com o seu característico monóculo e usando a capa que já então utilizava para se proteger do ar fresco após o trabalho de aquecimento da montada e no final de cada prova”²³.

Um dos concursos hípico mais importantes do país era o que se disputava nas Caldas da Rainha, ao qual o próprio António de Spínola e o então tenente de Cavalaria, Xavier de Brito, emprestavam o seu aconselhamento técnico. No ano de 1952, o concurso hípico das Caldas Rainha revestiu-se de especial importância devido à presença do presidente da República, general Craveiro Lopes, e do ministro da Defesa, tenente-coronel Santos Costa. Segundo o jornal *Gazeta das Caldas*, António de Spínola, com o seu “entusiasmo” pelo hipismo muito contribuiu para “o brilhantismo que caracterizou este concurso”²⁴. Em 1954, Spínola voltou a brilhar nas Caldas da Rainha, sendo considerado pela *Revista de Cavalaria* como uma das “grandes figuras das Caldas”, devido à sua prestação montando o *Achiles*. Considerava o tenente Jorge Mathias, autor da crónica relativa ao concurso, que “triunfar acontece várias vezes! Triunfar assim... nem sempre. Venceu e convenceu o extraordinário *Achiles*”. Tratou-se, em suma, de uma “extraordinária performance esta do capitão Spínola que vê assim recompensado o seu

esforço, labor e paciência, de um bom par de anos em que o Achiles lhe deu ‘água pela barba’”²⁵.

O empenhamento de António de Spínola no “ambiente hípico” nacional revelava-se também pela frequência com que colaborava na *Revista da Cavalaria*, escrevendo sobre temas equestres. Em 1950, por exemplo, Spínola comentava o relativo declínio do “panorama equestre” português, sobretudo a partir do momento em que a “velha cavalaria” evoluiu no sentido da sua “motomecanização” que permitiu a criação, nas “modernas unidades da arma”, de um “ambiente mecânico, no qual a prática da equitação deixou de ser considerada requisito fundamental da vida técnica do oficial de cavalaria”. Deste modo, “a função utilitária da equitação” tendia a desaparecer, “subsistindo apenas o aspecto educativo, no duplo sentido moral e artístico”. No entanto, no campo educativo, Spínola era da opinião que o ensino da equitação permitia desenvolver nos oficiais um conjunto de qualidades da “psicologia cavaleira”, como “a rapidez de decisão e destreza de execução, consubstanciados no sentimento da oportunidade”. Por conseguinte, seria mesmo desejável que se generalizasse “a todas as armas os factores educativos do cavaleiro”, não parecendo “razoável aceitar-se o exclusivo da sua prática por uma só arma”²⁶. Além disso, durante vários anos, Spínola pertenceu também aos corpos gerentes da Federação Equestre Portuguesa e da Sociedade Hípica Portuguesa. A sua actividade neste campo só conheceria interrupção quando, em 1961, embarcou para Angola, iniciando uma nova etapa da sua carreira militar que não cabe já no domínio desta intervenção.

NOTAS

- 1 Retomam-se nesta comunicação algumas passagens do livro do autor: Luís Nuno Rodrigues, *Spínola*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2010.
- 2 Maria Inácia Rezola, *António de Spínola. Fotobiografias Século XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. 4, 2002, p. 15
- 3 Maria Inácia Rezola, *António de Spínola. Fotobiografia*, Lisboa, Museu da Presidência da República, 2006, pp. 6-8.
- 4 Maria Inácia Rezola, *António de Spínola. Fotobiografias Século XX*, pp. 16-17.
- 5 Entrevista de António de Spínola em *Revista dos Antigos Alunos do Colégio Militar*, Lisboa, Outubro-Dezembro de 1986, p. 9.
- 6 Maria Inácia Rezola, *António de Spínola. Fotobiografias Século XX*, p. 18.
- 7 Arquivo António de Spínola (doravante AAS), “Biografia do Marechal Spínola”, documento dactilografado, s.a., s.d., p. 1.
- 8 Carlos Alexandre de Moraes, *António de Spínola. O Homem*, Lisboa, Editorial Estampa, 2007, pp. 29-30. Refira-se também que, entre 1964 e 1968, Spínola viria a fazer parte da direcção da Associação dos Antigos Alunos do Colégio Militar.
- 9 António de Spínola, *País Sem Rumo. Contributo para a História de uma Revolução*, Lisboa, Scire, 1978, p. 118.
- 10 António de Spínola, *Ao Serviço de Portugal*, Lisboa, Ática/Livraria Bertrand, 1976, p. 133.
- 11 Maria Inácia Rezola, *António de Spínola. Fotobiografias Século XX*, p. 18.
- 12 AAS, “Carta Patente”, assinada pelo secretário de Estado do Exército, Fernando dos Santos Costa, 7 de Julho de 1944.
- 13 AAS, “Biografia do Marechal Spínola”, p. 2.
- 14 António de Spínola, *Por uma Portugalidade Renovada*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1973, p. 96.
- 15 António de Spínola, “O Mordente do Cavaleiro”, in *Revista de Cavalaria*, nº 3, Março de 1940, pp. 185-188
- 16 António de Spínola, “O Mordente do Cavaleiro”, pp. 189 e 194.
- 17 AAS, “Informação Obtida no Curso de Comandante de Esquadrão pelo tenente António Sebastião de Spínola, da GNR, em 1941/1942”, 26 de Junho de 1942.
- 18 António de Spínola, “A Brigada de Cavalaria. Apontamentos para o estudo da sua actual orgânica”, in *Revista de Cavalaria*, nº 2, Março de 1943, pp. 124-131.
- 19 Carlos Alexandre de Moraes, *António de Spínola. O Homem*, pp. 31-32.
- 20 António de Spínola, “Regulamentos das Armas”, in *Revista de Cavalaria*, nº 4, Julho de 1951, pp. 257-260.
- 21 *Revista de Cavalaria*, nº 3, Maio de 1942, p. 273.
- 22 <> António de Spínola, “Organizações de Inverno da Sociedade Hípica Portuguesa”, in *Revista de Cavalaria*, nº 6, Novembro de 1943, p. 549.
- 23 Carlos Alexandre de Moraes, *António de Spínola. O Homem*, p. 32.
- 24 *Gazeta das Caldas*, 7 de Setembro de 1952, cit. por Maria Isabel Baptista, *Cinquenta Fotografias dos Anos 50: José Neto Pereira, Caldas da Rainha, Caldas da Rainha, Edições PH – Património Histórico*, 1993, p. 51.
- 25 *Revista de Cavalaria*, nº 5-6, Setembro-Novembro de 1954, p. 459-460.
- 26 António de Spínola, “Panorama Equestre”, in *Revista de Cavalaria*, nº 3, pp. 182-183.



Princípios éticos, condecorações e vencimento. Escutismo e a Instituição Militar

Resolvi escrever algumas linhas sobre três assuntos que estão sempre em voga, e que na maioria das vezes estão sempre envoltos em discórdia. Não para criticar ou tentar dizer algo de novo, mas sim para quem tiver oportunidade de ler este artigo, recorde ou reflita à sua maneira sobre estes temas.

Actualmente vivemos numa sociedade em que os princípios éticos que podemos definir “como directrizes, pelas quais o homem rege o seu comportamento, tendo em vista uma filosofia moral dignificante”¹, estão em vias de extinção. O fim do serviço militar obrigatório contribuiu e continua a contribuir para este facto. Para além disto, vivemos numa sociedade em que estar fora do que moralmente é aceite, é que faz furor. Gostaria a este respeito de fazer referência à Religião. Como militar e católico praticante, revolta-me seriamente e cada vez mais a falta de honestidade intelectual por não ver algumas pessoas a assumir, com frontalidade, a sua religião, seja ela qual for. A instituição militar é uma instituição católica e que desde os seus primórdios tinha rituais muito próprios, como por exemplo o “armar cavaleiro”.



Foto 1 - Cerimónia da investidura - “armar o cavaleiro”

Para ser cavaleiro tinha de haver uma aprendizagem. Os filhos dos guerreiros eram normalmente entregues aos cuidados do Senhor feudal, para serem educados pelos seus homens de armas; e porque o Cavaleiro necessitava de equipamento, e ele era caro demais para as suas possibilidades, interessava que o novo Cavaleiro tivesse um padrinho rico e que lhe oferecesse o equipamento necessário. A instrução desses aprendizes de cavaleiros, processava-se através de três formas: primeiro trata do armamento defensivo e ofensivo de seu amo (couraça, elmo, cota de malha, lança, espada, etc.); depois sob vigilância dos mais

velhos, começa com o jogo de pau e introdução ao cruzar armas; por fim, acompanha o seu amo nas caçadas e na guerra, até surgir a altura em que será armado Cavaleiro. O cerimonial de investidura compreendia normalmente, quatro partes: a confissão e a velada de armas, a comunhão, a entrega de armas e a “collée” (palmada dada no pescoço do investido, depois de a este terem sido calçadas as esporas e o cinturão com a espada), e por fim a festa. Os seus deveres eram vários e ficavam definidos no seguinte lema:

“A minha alma a Deus, a minha vida a Deus, a Honra a mim mesmo”²

Não quero de algum modo entrar pelos caminhos da religião mas sim pelos princípios éticos que estavam por trás da religião, **“a Honra a mim mesmo”**. Como Pai, tento dar uma educação em casa, que não vá de encontro aos valores da sociedade actual. Em casa, porque é no seio da família onde, em princípio, qualquer ser humano adquire os seus primeiros valores.

Mais um ponto contra os princípios éticos é o facto da estrutura familiar estar em crise, o que se reflecte, por exemplo, no aumento da dissolução de casamentos, etc. Por tudo isto, muitos pais manifestam cada vez mais dificuldade em elegerem um

MAJ Cav LUIS PIMENTA
EPC



conjunto de valores que considerem fundamentais na educação dos seus filhos. O individualismo, o querer atingir os objectivos sem olhar a meios, a não existência de critérios entre o bem e o mal, são alguns dos princípios que norteiam a sociedade actual.

Na Instituição Militar deparamos com esta realidade. Tentamos dar àqueles, que de livre vontade e com gosto pela “coisa militar” ou com o simples objectivo de encontrar emprego com mais facilidade, nos batem à porta, uma formação sempre baseada no culto permanente dos princípios éticos e valores militares. Para aqueles que vêm à procura de um “emprego fácil”, pouco são os que ficam na Instituição, porque como dizia Mouzinho de Albuquerque, “Ser soldado é dedicar-se por completo à causa pública, trabalhar sempre para os outros”.

Relativamente a este respeito, por vezes cruzamo-nos com camaradas nos quais não conseguimos vislumbrar determinados princípios éticos. Levados pela ambição da carreira, por uma ambição desmedida e sem olhar a meios, desiludem aqueles que a todo custo,



Foto 2 – Mouzinho de Albuquerque

trabalham denodadamente para o prestígio da Instituição militar. Que a vida um dia lhes faça justiça.

Há pouco tempo assisti a uma cerimónia de um Agrupamento de Escuteiros em que me foi dado ver em crianças, de tão tenra idade, uma postura, verdadeiramente atenta, firme, aprumada, com uma seriedade toda ela a revelar compromisso de honra e responsabilidade que me deixou verdadeiramente perplexo. Eram crianças, mas já apontavam futuros de obediência saudável e responsável, altruísmo, solidariedade, coragem e valentia. Eram crianças com semblantes alegre, mas firmes e orgulhosas do seu dever, a deixar transparecer honra e dignidade pela cerimónia que estavam a viver.

Assisti à imposição de uma condecoração em que todos os elementos envolvidos e com os quais tive a oportunidade de falar estavam de acordo. Para além de todos estarem de acordo, todos tinham a certeza que “O fim de uma insígnia não é só que o Escuteiro a obtenha, mas que também faça uso dela, tão frequentemente quanto possível”.³

Dei comigo a pensar se não deveríamos tirar algumas lições da parte dos Agrupamentos de Escuteiros. Por vezes a atribuição de uma medalha é vista como uma meta atingida e o passo seguinte na obtenção de outras. Sem haver preocupação em honrar a condecoração recebida.

Mas apesar do tempo dos nossos dias andarem um pouco enevoados, a contrastar com a limpidez daquelas crianças, penso que ainda há uma réstia de esperança porque aquelas crianças, e outras mais que andarão por aí espalhadas, hão-de ser os homens de amanhã e esse amanhã, com elas hão-de fazer um tempo diferente onde voltaremos a ser o



Foto 3 – Baden Powell

povo que, há alguns anos, deixámos de ser.

Apreciei o empenho e dedicação daqueles Chefes de Agrupamento que todos os fins-de-semana se dão àqueles jovens sem receber nada em troca, deixando aqui o meu sincero reconhecimento ao Agrupamento 52.

Mais uma semelhança com a instituição militar que me leva ao último ponto que eu queria abordar. Como dizia Mouzinho de Albuquerque “Desde os mestres mais humildes até ao mais sublime, avançar de cara alegre direito à morte, tudo faz porque todo o trabalho despido de interesse pessoal entra nos deveres da profissão. Trabalho gratuito, sempre, porque o vencimento do militar, seja pré, soldo ou lista civil, nunca é remuneração do serviço, por não haver dinheiro que pague o sacrifício da vida”⁴.

As referências estão aqui.

Vamos reflectir e tentar fazer da nossa Instituição ainda melhor do que ela é.

NOTAS

1 <http://www.psicologia.pt/profissional/etica>

2 http://pt.wikipedia.org/wiki/Cavalaria_medieval

3 Baden-Powell

4 Carta ao Príncipe Real D. Luís Filipe de Bragança



Trabalho à Guia

O presente artigo baseia-se no Manual de Equitação da Direcção do Serviço de Educação Física do Exército, aquele que é conhecido entre os praticantes de equitação do Exército, sobretudo pelos que passam ou passaram pelo CMEFD como o “Livro de Capa Vermelha”. Este manual com a sua última edição publicada em 1980, constitui ainda hoje a maior fonte de conhecimento equestre na doutrina preconizada pela Escola de Mafra. Além da fonte referida anteriormente complementa-se este texto com o mais recente livro sobre a prática da equitação publicado em Portugal, “A Equitação Elementar – A caminho da Complementar”, da autoria do Mestre de Equitação, Cor Ref Cav Joaquim Arnaut Pombeiro, que é sem dúvida um dos mais completos manuais práticos de equitação alguma vez publicados em Portugal. Na sequência de temas anteriores dedicados à prática da Equitação, falaremos adiante no **trabalho à guia**.

O trabalho à guia constitui-se numa ferramenta fundamental no desbaste, no ensino, no trabalho diário, na recuperação clínica e na manutenção do cavalo, carece pois de uma boa utilização para que os objectivos que se propõem atingir com ela sejam alcançados.

Com a recolha do campo tem início o desbaste do poldro, e após este se encontrar aclimatado às condições da cavalaria e estar domesticado é então chegada a altura de lhe apresentar a guia. A guia vai familiarizar o cavalo com o homem, revelando-lhe a sua força e conduzindo-o à obediência e ao estado psíquico de aceitação do trabalho sob o comando do humano.

É pois na fase inicial do ensino do cavalo que o trabalho à guia deve merecer ainda mais atenção na sua utilização correcta, pois pretender-se conquistar a confiança do cavalo, compreender as suas limitações e dificuldades, procurar ultrapassá-las e estabelecer uma relação de companheirismo e de controlo do próprio cavalo.

Quando se trabalha um cavalo à guia, independentemente das ajudas

auxiliares (e.g. rédeas fixas, rédeas corrediças, etc.), há que utilizar sempre o cabeção, o chicote e claro a própria guia.

Vejamos então a colocação do cabeção: este deverá ser colocado suficientemente alto para não dificultar a respiração, sendo ajustado de maneira a evitar oscilações sobre o chanfro que magoem o cavalo, bem como deslocções das faceiras sobre os olhos.

O chicote deverá estar na mão contrária à que segura a guia, mostrando-o ao cavalo sempre que é necessário garantir o movimento para diante, esta é uma regra fundamental do trabalho à guia – manter a impulsão, sendo que para isso acontecer a mão que segura a guia não deverá dificultar ou restringir a vontade do cavalo avançar dentro da calma que se pretende permanente.



MAJ Cav JOSÉ PEDRO MATALOTO
CMFED



Cria-se então um triângulo, em que os seus lados são o cavalo, a guia e o chicote e em que o vértice que se constitui o centro do círculo gerado pelo movimento é o cavaleiro/desbastador.

Avancemos então sobre a utilização prática do trabalho à guia em cavalos já desbastados onde este trabalho pode ser utilizado para aquecer (desenrolar) o cavalo antes do trabalho montado, pode inclusive substituir este, para soltar e melhorar os andamentos, pois o cavalo não tem o peso do cavaleiro a interferir com o seu equilíbrio, para recuperar o cavalo de problemas ao nível da coluna (dorsal ou lombar), para melhorar e aperfeiçoar o gesto do cavalo de obstáculos sobre os saltos, entre outras utilizações possíveis.

Atendendo às utilizações anteriormente referidas, o trabalho

à guia não pode ser executado por quem não tenha conhecimento ou experiência pois em vez de melhorar podemos criar no cavalo receio desse trabalho, bem como em vez de conduzir à calma e à aceitação do homem conduzir ao desejo de fuga da guia. Não deve pois o trabalho à guia ter uma intensidade e duração controlada, ainda mais quando se recorre a rédeas e equipamentos auxiliares, não devendo essa duração exceder os 30/40 minutos. Tal como no trabalho montado, deverão ser bem definidos três períodos: o desenrolar, sem utilização dos meios auxiliares, o trabalho específico e por fim o merecido retorno à calma, também sem os meios auxiliares.

Em todo o trabalho deverá recorrer-se à voz para garantir as transições, o movimento para diante e a manutenção da própria calma. Existem diversas "teorias" sobre a utilização da voz, mas em todas elas há um ponto comum que se prende com o tom de voz. O tom deverá ser adequado e associado aos andamentos naturais do cavalo, recorrendo inclusive a palavras ou expressões que se encaixem nos tempos de cada andamento.

Importante também, é que permanentemente o cavalo

mantenha o contacto com a guia, que esta mantenha alguma tensão, para isso é fundamental a acção impulsiva da voz senão mesmo do chicote. Essa tensão é a ligação que se pretende permanente entre o cavalo e o seu cavaleiro, baseada numa relação de confiança do cavalo no seu cavaleiro.

Por último queríamos referir que os cavalos deverão trabalhar fazendo uso de protecções de membros, minimizando dessa forma a possibilidade de contracção de lesões.

Esperando ter contribuído para o despertar da curiosidade dos leitores para a procura de mais informação sobre este tema queríamos recomendar a leitura atenta do livro do Mestre Cor Joaquim Arnaut Pombeiro, em nossa opinião aquele que contém a mais completa informação e conhecimento sobre o trabalho à guia.

BIBLIOGRAFIA:

- DSEFE (1980), *Manual de Equitação, Equitação Elementar Complementar e Superior*, 2ª Edição. Lisboa
- CMEFD (2003), *Manual Do Curso De Instrutores de Equitação, Conhecimentos Gerais*. Mafra
- Almeida, Netto de (1997), *Equitação Como e Porquê*. Edições Inapa. Lisboa
- Pombeiro, Joaquim Arnaut (2011), *A EQUITAÇÃO ELEMENTAR - A Caminho da Complementar*.



FABRICO DE VASTA GAMA DE ARTIGOS PARA:

CAVALARIA • AGRICULTURA • ENCERADOS

Rua 25 de Abril, 41 A 2665-201
MALVEIRA - PORTUGAL
TELEF./FAX: 00 351 21 986 27 60
E-MAIL: lmferreira@mail.telepac.pt
SITE: www.correariaoeste.com





Escola Prática de Cavalaria

XXV CONCURSO NACIONAL COMBINADO



Realizado nos dias 13 e 14 de Maio, o Concurso, contou com a participação de 60 conjuntos, oriundos de diversas Unidades do Exército, da GNR bem como de Escolas de Equitação Cívica, que mercê da sua entrega e desportivismo, conferiu às Provas um espírito de salutar competição.

DELEGAÇÃO A CAVALO, TRANSPORTA A "CHAMA DA SOLIDARIEDADE", EM ABRANTES



Em 19Mai11, e integrado numa actividade de solidariedade e contando com a participação de diversas Instituições Particulares, de Solidariedade Social, Associações, Colectividades e Estabelecimentos de Ensino do Concelho, a "Chama da Solidariedade" foi transportada por diversos concelhos, ao longo de diversos dias. A EPC efetuando o seu transporte, por uma Delegação a Cavalo, desde a entrada da Unidade até ao Centro Histórico de Abrantes.

CERIMÓNIA DO JURAMENTO DE BANDEIRA DO 5º CFGCPE 11



Em 06Jul11, realizou-se na Escola Prática de Cavalaria em Abrantes, a Cerimónia

do Juramento de Bandeira do 5ª Curso de Formação Geral Comum de Praças do Exército (CFGCPE) 2011. A Cerimónia foi presidida pelo Comandante da Instrução e Doutrina, Exmo Tenente-General Francisco António Correia, tendo contado também com a presença do Director de Formação, Exmo Major-General João Manuel Santos de Carvalho.

CERIMÓNIA DE INAUGURAÇÃO DO PICADEIRO



Realizou-se em 21Jul11, a Inauguração do Picadeiro da Escola Prática de Cavalaria. O evento contou com a presença de SExa o General António Eduardo Martins Barrento e outras Entidades Militares e Cívicas, decorreu com o brio e a dignidade que se exigia, face à importância e significado que esta infraestrutura representa para a EPC, para a Arma de Cavalaria e para o Exército Português. Após o descerramento da Placa que marcou a Inauguração, seguiu-se um Espetáculo Equestre com a presença do Mestre Luís Valença e a atuação da Reprise de Mafra.

CERIMÓNIA MILITAR DE HOMENAGEM AO PATRONO DA ARMA DE CAVALARIA, NA VILA DA BATALHA



As Unidades de Cavalaria realizaram em 23Jul, junto ao Mosteiro da Batalha uma singela Cerimónia Militar, de homenagem ao Patrono da Arma de Cavalaria, Joaquim Mouzinho de Albuquerque.

O evento contou com uma Força a Cavalo comandada pelo Exmo Comandante da Escola Prática de Cavalaria e composta por uma delegação a cavalos de todas as Unidades da Arma, tendo sido presidida pelo Exmo Director Honorário da Arma de Cavalaria, Tenente General, Luís Miguel de Nogueira Morais de Medeiros.

TOMADA DE POSSE DO NOVO COMANDANTE

Teve lugar no dia 19 de Setembro de 2011, a cerimónia de tomada de posse no cargo de comandante da Escola Prática de Cavalaria, do novo comandante da Escola, Coronel de Cavalaria Vítor Manuel Meireles dos Santos. No seu discurso de tomada de posse o Comandante da Escola Prática de Cavalaria referiu a inextinguível honra e o orgulho de lhe ter sido cometida a missão de comandar a Escola Prática de Cavalaria.

ESPERA DO TPO 2011/12 DE CAVALARIA E ANIVERSÁRIO DAS ESPERAS DOS TPO DE 1961 E 1986

Em 06OUT11, teve lugar a tradicional "Espera" dos Aspirantes Tirocinantes de Cavalaria 2010/2011 - "Marechal de Campo António Teixeira Rebelo". O evento contou com a presença do Exmo Gen António Eduardo Martins Barrento, do TGen Luís Miguel de Nogueira Morais de Medeiros, Director Honorário da Arma de Cavalaria e de diversos Oficiais de diferentes gerações e destinou-se a receber os 10 (dez) alunos oriundos da Academia Militar.

A cerimónia constou de uma marcha a cavalo por terrenos variados, culminando numa carga com o tradicional "A Pé" no interior da EPC. Foi ainda efetuada uma pequena homenagem aos Oficiais dos cursos que fizeram as esperas em 1961 (ouro) e em 1986 (prata), juntando cerca de 140 oficiais na "Casa da Cavalaria".

CERIMÓNIA COMEMORATIVA DO 93º ANIVERSÁRIO DO DIA DO ARMISTÍCIO, EM ABRANTES



Realizaram-se em 11Nov11, junto ao Monumento aos Combatentes da Grande Guerra e do Ultramar, no Centro Histórico de Abrantes, as Cerimónias Comemorativas do 93º Aniversário do dia do Armistício.

A EPC associou-se ao evento, tendo participado nas Cerimónias Militares com uma Guarda de Honra, a Cavalo, contribuindo de forma significativa para o brio e a dignidade que este tipo de cerimónias merece.



Regimento de Lanceiros nº 2

VII CURSO DE CONTROLO DE TUMULTOS



Decorreu no Regimento de Lanceiros Nº2, no período compreendido entre 09 de Maio de 2011 e 27 de Maio de 2011, o VII Curso de Controlo de Tumultos.

Este curso foi frequentado por 38 formandos entre Oficiais e Sargentos de várias Unidades do Exército Português e teve como principal objectivo a formação de formadores na área da manutenção da ordem pública.

Abrangendo módulos de formação que vão desde armamento e tiro, técnica e tática de controlo de tumultos, educação física, etc, este curso e esta valência constituem uma prioridade na preparação de Forças nacionais Destacadas para os Teatros de Operações onde Portugal opera.

A cerimónia de encerramento decorreu na Sala das Armas e foi presidida pelo Excelentíssimo Comandante do Regimento que proferiu algumas palavras onde enalteceu o esforço dispendido por formandos e formadores e desejou as maiores felicidades aos Militares recém-formados.

XIII CONCURSO DE EQUITAÇÃO



O Regimento de Lanceiros N.º 2 realizou no passado dia 04 de Junho o seu XIII Concurso de Equitação, presidido pelo Exmo. Comandante das Forças Terrestres, Tenente-General Vitor Manuel Amaral Vieira.

O Concurso integrou duas Provas de Obstáculos, uma Prova Pequena que contou com a participação de 47 conjuntos e uma Prova Média (Derby) com participação de 25 conjuntos, em representação de várias Unidades do Exército e da Guarda Nacional Republicana.

Os vencedores foram, respectivamente, na Prova Pequena o Alferes Aluno Couto da Academia Militar montando Janota de Mafra e na Prova Derby o Capitão Médico Veterinário Francisco Medeiros do Colégio Militar.

CONDECORAÇÕES E RESERVA



No dia 07 de Setembro de 2011, perante Formatura Regimental, o Excelentíssimo Comandante do Regimento de Lanceiros Nº 2, Coronel de Cavalaria Carlos de Matos Alves impôs a Medalha Comemorativa de Serviços Especiais ao Ten Cav Ivo Miguel Montemor Caseiro.

Na mesma ocasião foi realizada a cerimónia de despedida do 1Sar Aman António Rosa e do 1Sar Aman Arlindo Matos que após longos anos de serviço prestado nesta Unidade, passam formalmente à situação de reserva e a entrega de diplomas de Louvor aos Militares do Regimento, louvados por sua Excelência o General CFT e pelo Comandante do Regimento.

VISITA DO SECRETÁRIO-GERAL DA NATO



Por ocasião da visita a Portugal de Sua Excelência o Secretário-Geral da NATO, Senhor Anders Fogh Rasmussen, o Regimento de Lanceiros Nº 2 assegurou o reforço e o controlo da segurança do perímetro do Forte de S. Julião da Barra, bem como as alas de cortesia à entrada da sala onde decorreu a reunião com o Ministro da Defesa de Portugal.

SIMULACRO DE INCÊNDIO NO RL2



No dia 09 de Novembro de 2011, realizou-se no Regimento de Lanceiros Nº 2 um exercício de simulacro de incêndio designado por "Caveira Flamejante 2011".

Este exercício que teve como principal objectivo testar o Plano de Prevenção e Combate a Incêndios do Regimento e contou com a participação do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa (RSB) que projectou para o local um elevado número de meios de modo a dar uma adequada resposta ao cenário criado para o efeito.

JURAMENTO DE FIDELIDADE



No passado dia 16 de Novembro de 2011, um Oficial e quatro Sargentos de Cavalaria, recentemente ingressados nos Quadros Permanentes do Exército e colocados no Regimento de Lanceiros Nº 2, prestaram o seu Juramento de Fidelidade.

O Alferes de Cavalaria Marco Silva e os 2º Sargentos de Cavalaria Francisco Cid, Ivo Pereira, Tomás Sanchez e Telmo Carteiro, depois de apresentados formalmente pelos seus Comandantes de Esquadrão, prestaram o seu juramento solene e escutaram de um Oficial e de um Sargento mais antigos, respectivamente, uma exortação ao acto solene.

REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO DE LANCEIROS

O Regimento de Lanceiros Nº 2, apoiou a



realização da Assembleia-Geral da Associação de Lanceiros no passado dia 25 de Novembro de 2011.

Após a recepção na Sala de Clarins, realizou-se a reunião do Conselho Superior na Sala dos Comandantes, enquanto os restantes participantes assistiram a uma exposição de capacidades e equipamentos da Polícia do Exército e realizaram uma visita ao núcleo museológico que incluiu a projecção de um diapositivo sobre a actividade do Regimento.

Do programa, constou ainda uma cerimónia de homenagem aos mortos pela Pátria e a reunião da Assembleia-Geral no Refeitório das Legendas, onde esteve patente uma exposição intitulada "1ª Exposição das Artes, dos Talentos e das Letras".





Regimento de Cavalaria nº 3

ESTREMOZ BIKE 2011 COM O APOIO DO RC3



Realizou-se no dia 17ABR11, na cidade de Estremoz, uma prova desportiva de "Bicicleta de Todo o Terreno" (BTT), com organização da Câmara Municipal de Estremoz, Regimento de Cavalaria 3 e as Associações do Sobe e Desce Team e Rota d'Ossa. Nesta jornada desportiva, os participantes tiveram oportunidade de apreciar as bonitas paisagens Alentejanas na zona de Estremoz, Évoramonte e Serra D'Ossa, aliado a um traçado duro e umas condições climáticas favoráveis à prática da BTT. Assim, e mercê do sucesso da organização e das entidades envolvidas, pode-se considerar já, uma referência para o BTT nacional. De salientar, o apoio prestado pelo Regimento de Cavalaria 3 que colocou à disposição da organização do evento as suas instalações e um número significativo de militares que contribuíram para a confecção das refeições.

REALIZAÇÃO DE ACÇÃO DE RECOLHA DE SANGUE



Decorreu no dia 22 de Junho de 2011, no Regimento de Cavalaria 3 e em parceria com o Clube de Orientação do Alto Alentejo, uma acção de recolha de sangue por parte do Hospital Espírito Santo de Évora que contou com a participação voluntária de 60 militares do Regimento.

XXIX CNC DRAGÕES DE OLIVENÇA

Decorreu no dia 21MAI11 nos terrenos anexos à Carreira de Tiro do Regimento de Cavalaria 3, em Estremoz, o XXIX Concurso Nacional Combinado "Dragões de Olivença". Esta prova hípica destinou-se a cavaleiros das diversas Unidades, Estabelecimentos e Órgãos do Exército, incluindo da GNR e cavaleiros civis na qualidade de convidados do Comando do Regimento.

Os vinte e nove anos de realização da Prova Dragões de Olivença revestem-se de uma

particular importância na vida do Regimento, porque para além de proporcionar momentos de confraternização e de sã camaradagem entre os cavaleiros e convidados presentes no evento, mantém a tradição equestre entre Unidades de Cavalaria.

O culminar desta actividade desportiva, a exemplo dos anos anteriores, foi o tradicional almoço, nos Claustros do Regimento. Após uma breve alocução proferida pelo Comandante do Regimento, *Cor Cav Paulo Renato Faro Geada*, procedeu-se à entrega dos prémios e ao descerramento das placas que perpetuarão os nomes dos cavalos e cavaleiros vencedores da edição de 2010.

304º ANIVERSÁRIO DO REGIMENTO DE CAVALARIA 3



Realizou-se no passado dia 15 de Setembro de 2011, a Cerimónia Militar do 304º Aniversário do Regimento de Cavalaria 3.

Presidiu à Cerimónia, o Exmo Director Honorário da Arma de Cavalaria, Tenente General Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros. Estiveram também presentes, além de outras individualidades militares e civis, o Exmo General António Eduardo Queiróz Martins Barrento, antigo Chefe de Estado Maior do Exército e o Exmo Presidente da Câmara Municipal de Estremoz Srª Luísa Filipe Pereira Mourinha e ainda os presidentes das Câmaras Municipais de Borba, Sousel e Fronteira.

De realçar do programa, a eucaristia na Igreja de Sª Francisco, a guarda de honra à alta entidade que presidiu à cerimónia, a integração do estandarte nacional, a cerimónia de homenagem aos mortos, a imposição de condecorações a militares e civis seguido do desfile das forças em parada com a presença e desfile de um grupo de ex-combatentes, o qual muito contribuiu para o brilhantismo da cerimónia.

No final da cerimónia assistiu-se a inauguração da exposição na sala do capítulo, subordinada ao tema "Guerra Colonial - 50 anos", seguido de almoço convívio nos Claustros do Convento de Sª Francisco.

VISITA AO RC3 AO MGEN CMDT DA BRR

Em 09 de Novembro de 2011, deslocou-se ao Regimento de Cavalaria 3, em visita de trabalho, o Comandante da Brigada de Reação Rápida (BRR), Major General Fernando Celso Vicente de Campos Serafino.



À chegada foi recebido pelo Exmª Cmdt do RC3, tendo-lhe sido prestadas as devidas honras pelos militares de Guarda de Polícia. Seguindo-se a apresentação de cumprimentos no Salão Nobre da Unidade, com a presença de todos os Oficiais superiores e uma delegação de Sargentos e Praças. Após uma pausa para café, o Comandante do ERec apresentou um briefing ao Comandante da BRR, com o objectivo de proporcionar um conhecimento mais profundo da subunidade. Antes do almoço o MGen CMDT da BRR visitou as instalações do ERec e a exposição estática dos meios orgânicos disponíveis do esquadrão.

EXERCÍCIO CENTAURO 111 E EXERCÍCIO DE FOGOS REAIS NO CMSM



O ERec/BrigRR iniciou a 24OUT11 um exigente e intenso treino operacional de forma faseada, culminando com o EXERCÍCIO CENTAURO 111. Assim, decorreu de 24OUT11 a 04NOV11, na 1ª Fase e na região de ESTREMOZ, um exercício com a finalidade do nivelamento dos militares na sua técnica individual. Em 16 e 17NOV11, na carreira de tiro de D. PEDRO, na 2ª Fase, realizou-se o tiro de manutenção e operacional deste esquadrão com o armamento coletivo orgânico: ML MG-3, Browning (.30), Browning (.50), morteiro 81mm m/971; para além do lançamento de granadas e o tiro de LAW. O comando da BrigRR e o comando do RC3 marcaram presença neste último dia manifestando o apreço que esta subunidade tem no seio da BrigRR e do RC3, marcando o fim deste ciclo de treino operacional.





Quartel da Cavalaria em Santa Margarida

Ex-Regimento de Cavalaria nº 4

APOIO À ACADEMIA MILITAR



No período de 01 a 17 de Julho de 2011 a Academia Militar realizou o exercício táctico “LEÃO 11” no âmbito dos seus exercícios finais, tendo o Quartel da Cavalaria participado no apoio prestado pela BrigMec, com um Pel CC M60 A3 TTS e uma Sec Alimentação do GCC e um Pel Rec do ERec.

V CONCURSO NACIONAL COMBINADO DE EQUITAZÃO DO QCAV/BRIGMEC - 2011



De acordo com o "Calendário dos Campeonatos Desportivos Militares" decorreu, nos dias 9 e 10 de Setembro, na Brigada Mecanizada o V CONCURSO NACIONAL COMBINADO (CNC) de Equitação do Quartel da Cavalaria e da Brigada Mecanizada, destinado a cavaleiros militares, alunos do Colégio Militar e cavaleiros civis convidados.

O V CNC/2011 do Quartel da Cavalaria apresentou este ano uma nova dificuldade, o CNC 1 Estrela passando a ter três graus, INICIAÇÃO, PRELIMINAR e 1 ESTRELA sendo cada um destes constituído por três provas: Dressage (Ensino), Cross Country (prova de fundo, campo) e Obstáculos.

1ª classificado CNC Iniciação: Cap GNR Gomes Ferreira, montando Aleixo; 1ª classificado CNC Preliminar: Maj GNR Dias Marinho, montando Artur;

1ª classificado CNC 1 Estrela: Cap Vet Francisco Medeiros, montando Zuidor;

JORNADAS DIA DA DEFESA NACIONAL (DDN)



De 14NOV11 a 22DEC11, decorreram no Quartel da Cavalaria, com apoio de todas as unidades da BrigMec, as Jornadas do Dia da Defesa Nacional. Estas Jornadas têm por finalidade receber diariamente cerca de 130 jovens, previamente convocados para se apresentarem no Centro de Divulgação de Defesa Nacional de Santa Margarida, afim de serem sensibilizados sobre a Defesa Nacional e o papel das Forças Armadas e sobre as actuais formas de prestação de serviço militar.

A actividade é conduzida através de um conjunto de tarefas diárias que incluem entre outras uma “Mostra de Meios e de Actividades Operacionais”.

APRONTAMENTO DO 3º CN/FND/ISAF



De 22AGO11 a 18SET11, foi cometido ao GCC/BrigMec e ERec/BrigMec, a coordenação e o apoio administrativo e logístico da fase II do aprontamento do 3ºCN/FND ISAF.

Esta fase de aprontamento foi caracterizada pelo Treino Integrado do Contingente Nacional e culminou com a execução do Exercício Final “KABUL 112”

CURSOS LEOPARD 2 A6

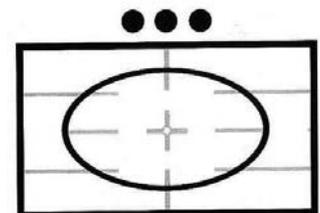
1º ESTÁGIO SUPERVISÃO MANUTENÇÃO



No período de 19 de Setembro a 07 de Outubro de 2011 e no período de 10 de Outubro a 09 de Novembro de 2011, o Quartel da Cavalaria ministrou o Curso de Muniçador de Carro de Combate Leopard 2 A6 e o Estágio de Executante e Supervisor de Manutenção Preventiva de Carro de Combate Leopard 2 A6, respectivamente.

NEP PEL CC LEOPARD 2 A6

Foram elaboradas e editadas em livro de bolso as novas Normas de Execução Permanente para o Pelotão de Carros de Combate Leopard 2 A6. Estas NEP foram elaboradas especificamente para este novo sistema de armas e substituem as anteriores NEP do Pel CC datadas de 1988.





Regimento de Cavalaria nº 6

VISITAS AO RC6

De Mai11 a Dec11, o RC6 recebeu a visita de 1154 crianças e 330 adultos oriundos de diversos estabelecimentos de ensino, creches e jardins-de-infância da região de Braga.

APOIOS

De Mai11 a Dec11, o RC6 efetuou apoios a diversas entidades civis e militares tais como a Universidade do Minho; a Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto; Clube Automóvel do Minho; Banco Alimentar Contra a Fome de Braga (várias ações); os Grupos de Teatro GACEL e DUPLAFACE; empresa “.COM” - Clube de Orientação do Minho no âmbito a IV edição da prova “ULTRA TRAIL DA GEIRA / VILA ROMANA”; Apoio à organização do Rali da Rampa da Falperra; a Companhia de Teatro VIV' ARTE no âmbito da iniciativa “Braga Romana”; o XXII Encontro Internacional de Gigantes e Cabeçudos; Câmara Municipal Fafe na atividade intitulada “DIA EUROPEU SEM CARROS”; apoio ao NEMUM na realização da “I Corrida Vital”; apoio às Jornadas de Coesão FNAC; Escola Secundária de Maximinos no âmbito das noções de topografia/orientação; apoio ao projeto de cariz social “3tris”; Clube de Orientação do Minho; Jornada de Coesão do Hotel Meliã - Braga; Instituto Português de Sangue; Jornada de Coesão da ERA FAMALICÃO;



APOIO AO CR BRAGA/DORH

O RC6 apoiou, com meios humanos, torre multi-atividades e viaturas, o CR BRAGA e a DORH nas suas missões junto de diversos estabelecimentos/agrupamentos de ensino da região de Braga tais como a II Edição da Semana da Juventude em Moreira de Cónegos; Atividade de divulgação, intitulada “ANO EUROPEU DO VOLUNTARIADO”, na Avenida Central em Braga; divulgação na FEIRA DO EMPREGO MINHO CENTER; atividades em regime de *Open Day*, nas comemorações do Dia Internacional da Juventude.

DIA DA DEFESA NACIONAL



De 14 Setembro a 26 Outubro, 21 Novembro a 22 Dezembro de 2011, 1ª fase da 8ª Edição do dia da Defesa Nacional 2011/2012 no RC6 com cerca de 7631 jovens.

EXERCÍCIOS MILITARES

De Mai11 a Dec11, o RC6 participou, através dos seus encargos operacionais (GAM, ERec e CAC), nos seguintes exercícios: 12Mai11 - Exercício Fogos Reais no polígono de tiro da BrigMec; 09 a 13Mai11 - Exercício Pristina START111 no Campo Militar de



Santa Margarida; 12 a 26Mai11 - Exercício Bora em Itália; 22 e 29Jul11 - Exercício Pristina 112 na região de Cabeceiras de Basto; 26 e 27Jul11 - Avaliação prontidão para combate (CREVAL); 28Jul11 - GAM/BRIGINT/KFOR participou no *open day* em Cabeceiras de Basto; 26 a 30Set11 - Exercício Marte 11 e Mercúrio 11 na região da Serra da Cabreira; 10 e 14Nov11 - participação da CAC no Exercício Patrulha 24H.

CERIMÓNIAS MILITARES

O RC6 participou em várias cerimónias militares das quais se destacam a Cerimónia Militar em memória dos Militares falecidos, com uma missa de Sufrágio no Cemitério de Monte de Arcos seguida de prestação de honras militares; apoio ao núcleo Regional de Braga da Liga dos Combatentes, com uma Guarda de Honra; No âmbito das comemorações do dia do RC6, foram promovidas um conjunto de atividades que envolveram não só o Regimento, mas a própria comunidade local, mormente a Cidade de Braga. As atividades desenvolvidas foram iniciadas em Maio, com o I Torneio de Golfe do RC6, tendo as restantes atividades ocorrido entre os dias 11 de Julho e 19 de Agosto. Assim, entre os eventos promovidos, destaca-se o Concurso de Fotografia, a Exposição do “50ª Aniversário do Início da Guerra do Ex-Ultramar”, a Corrida da Amizade, a Semana Aberta, o XXVIII Concurso Nacional Combinado, o Encontro de Artes, a Missa na Sé de Braga, o Concerto dos “Deolinda” no Teatro Circo e a Exposição das FND e de Atividades. No sentido de complementar as atividades desenvolvidas e de materializar a ligação entre o centro da cidade e o RC6, de 13 a 19 de Julho, durante a Semana Aberta, foi promovida a circulação de pessoas através de charretes, desde a Avenida Central até ao RC6, com a finalidade de garantir uma visita guiada ao Quartel. As comemorações do dia do RC6 culminaram no dia 21 de Julho com a cerimónia militar.

OUTROS EVENTOS

O RC6 realizou e esteve presente em várias comemorações de cariz militar e religioso, das quais se destacam a Procissão da Invenção da Santa Cruz, de Barcelos a fim de prestar Guarda de Honra ao Pálio; apoio às Festas de S. João a fim de prestar Guarda de Honra ao Pálio; apoio a um grupo de Ex-Militares Combatentes, pertencentes à Companhia de Artilharia 3332 - Guine 1970 - 1972, com uma Guarda de Honra; apoio à Comissão de Festas de S. Marinho de Dume, com uma Guarda de Honra ao Andor de S. Sebastião em S. Martinho de Dume; apoio ao 16.ª Encontro dos Antigos Militares do ex-RI 8; apoio ao XXVIII encontro do “BCaç 2853” com uma Guarda de Honra ao altar na Igreja do Bom Jesus do Monte em Braga; apoio ao Departamento Arquidiocesano de Catequese da Arquidiocese de Braga; apoio ao convívio do Núcleo de Braga da Liga dos Combatentes; apoio em alojamento a um grupo de peregrinos militares da Base Aérea N°5 (BA5) - Monte Real que se deslocou de bicicleta a S.Tiago de Compostela; apoio ao convívio do Batalhão de Caçadores 725; realização de diversas atividades no âmbito da quadra natalícia onde se destaca



a recolha de brinquedos, produtos alimentares (arroz, massas, bolachas e enlatados), afim de ser oferecidos as instituições de solidariedade social da cidade de Braga; Eucaristia presidida pelo SER D. Januário Torgal Mendes Ferreira e realizado um almoço convívio entre militares e funcionários civis que prestam serviço no Regimento; Em 19Set11 tomada de posse do 2Cmtd do RC6 TCOR Cav Manuel Francisco Pereira da Lapa.

RC6 EM MOVIMENTO

Em 30Jun11 Participação no Pentatlo Militar; Em 13Jul11 participação e organização da Corrida da Amizade; Realização de 5 edições da Corrida Mensal do RC6; Em 09Set11 participação no CND do CMSM; Participação e organização, em 11Dec11 da Corrida São Silvestre de Braga com a participação de cerca de 1000 atletas, com a presença de militares, funcionários civis, população da cidade de Braga, e atletas dos clubes da região; organização torneio de futebol de 5 e torneio de voleibol;

FAMÍLIA MILITAR

Em 05Mai11 realizou o I Torneio de Golfe do RC6; Em 18Jun11 prova de karting; Em 09Out11, organização de passeio de barco no rio Douro com a empresa Douro Azul; organização do 3ª e 4ª dia gastronómico, por altura do S. Martinho.

OBRAS E MELHORAMENTOS

O RC6 desenvolveu várias ações de construção, melhoramento e renovação de inúmeras instalações, nomeadamente na Carreira de Tiro de 25m, Mini-Ginásio, Casernas, Messe de Oficiais e de Sargentos, Bar de Praças, Lavandaria, Capela, Muro Suporte dos Anexos, Pista de Cordas e Pista de Corta-Mato. Empreendeu ações essenciais a tornar o “Regimento Verde” e a desenvolver um Projecto de Cozinha HAACP.

CONFERÊNCIAS/ PALESTRAS



Em 06Mai11, o RC6 levou a cabo a realização de uma Palestra, em colaboração com o Exmo Cor Inf Rui Rolando Xavier de Castro Guimarães, “Revisitação ao 25 de Abril”; Em 17Mai11, o RC6 levou a cabo a realização de uma Palestra, com a colaboração do Exmo Cor Cav Carlos Manuel Serpa de Matos Gomes e o Exmo Cor Art Aniceto Henriques Afonso, sobre a “Guerra Colonial”; Em 07Jun11, o RC6 levou a cabo a realização de uma conferência, em colaboração com o Exmo Cor Jara Franco, sobre o “Associativismo nas Forças Armadas”; De 05 a 08Set11, o RC6 realizou várias Palestras no âmbito da Prevenção e Combate a Droga e Alcoolismo.



Unidade de Segurança e Honras de Estado / GNR

1º CURSO DE INSTRUTORES DE EQUITAÇÃO DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA



O 1º Curso de Instrutores de Equitação da Guarda Nacional Republicana (GNR), realizado no âmbito do Protocolo de Cooperação entre a GNR e a Escola Nacional de Equitação (ENE), que decorreu na Unidade de Segurança e Honras de Estado (USHE), teve início no dia 11 de Outubro de 2010 e terminou a 08 de Julho de 2011, com a entrega dos diplomas de curso aos 5 novos Instrutores de Equitação da GNR e 3 novos Instrutores de Equitação da ENE.

A cerimónia de encerramento teve lugar na Sala de Honra da Unidade e foi presidida pelo Exmo. Comandante Interino da USHE, Coronel Mariz dos Santos, contando também com a ilustre presença dos Exmos. Diretor da ENE Coronel Teles Grilo e Presidente do Júri de Exames Coronel Neves Velloso.

Com a realização do primeiro curso de Ajudante de Monitor de Equitação, que se iniciou a 16 de Outubro de 2006, e após a assinatura do Protocolo de Cooperação entre a GNR e a ENE em 26 de Outubro de 2007, foram criadas as condições para a GNR ter, em 2010, formadores de Grau II - Monitores de Equitação com condições para ingressar neste curso com vista à qualificação com o Grau III - Instrutores de Equitação.

Assim iniciou-se, em Outubro de 2010, o 1º Curso de Instrutores de Equitação ministrado na GNR, sob a forma de curso fracionado e dividido por 7 módulos formativos.

À semelhança de todos os outros cursos de equitação ministrados na Guarda, este curso decorreu ao abrigo do Protocolo de Cooperação entre a GNR e a ENE, sendo devidamente certificado pela Federação Equestre Portuguesa (FEP), reconhecido internacionalmente pelo *International Group for Equestrian Qualification* (IGFEQ) e através da Direcção de Serviços de Qualidade e Acreditação (DSQA) certificado pela Direcção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT).

Todos os formandos que frequentaram o curso concluíram com aproveitamento, tendo sido nomeados pela GNR:

- Major Paredes Vilela, do Comando da Doutrina e Formação;
- Major Dias Marinho, a prestar serviço na Academia Militar;
- Capitão Gomes Ferreira, do Estado-Maior da USHE;
- Capitão Lopes Caeiro, do Comandante do 3º Esquadrão do GHE/USHE;
- Capitão Freitas Reis do Comando Territorial de Leiria.

Formandos nomeados pela ENE:

- Sr. Paulo Alexandre Teves de Azevedo e Castro;
- Sr. Bruno Miguel Barros Miranda;
- Sr. Marcos Nabeiro Tenório.

Para a GNR, estes 5 novos formadores, com a qualificação de grau III - Instrutor de Equitação Geral da ENE, constituem um recurso valioso que vai permitir que a transmissão de todo o conjunto de conhecimentos doutrinários e técnicos que à doutrina equestre militar dizem respeito, seja feita de forma adequada, para que os patamares de excelência sejam atingidos com maior sucesso.

Lembrando a velha máxima *“cavaleiro novo, cavalo velho...”* e *“cavaleiro velho, cavalo novo...”* que constitui o corolário da equitação militar, sendo para tal necessários cavaleiros experientes para ensinar os cavalos e com estes os novos cavaleiros, a GNR garantiu com este processo de formação de formadores, iniciado em 2006, a continuidade e a preservação da doutrina equestre militar e desta forma a sua auto-suficiência, que até à data tem atingido elevados níveis de sucesso.

CERIMÓNIA DE ENTREGA E POSSE DE COMANDO DA UNIDADE DE SEGURANÇA E HONRAS DE ESTADO

A cerimónia de entrega e posse de comando, do Comandante da Unidade de Segurança e Honras de Estado, Coronel de Cavalaria José Domingos Bruno Victorino, teve lugar no dia 06 de Outubro de 2011.

A cerimónia militar teve início pelas 10h00 na parada do 4º Esquadrão tendo decorrido com brilhantismo, próprio de uma unidade militar fiel depositária das nobres tradições da cavalaria portuguesa. As forças em parada eram constituídas pelo Comando e uma Secção de Comando, a Banda e Fanfarras, 1 Companhia de Infantaria do Grupo de Segurança, 2 Esquadrões a cavalo, 1 Esquadrão motorizado e a Charanga todos do Grupo de Honras de Estado e 1 Pelotão do Esquadrão Presidencial.



A cerimónia militar iniciou com a leitura do despacho de nomeação do Exmo. Comandante da USHE, Coronel de Cavalaria José Domingos Bruno Victorino, seguindo-se a leitura da síntese curricular após o que se procedeu à entrega do Estandarte da Unidade ao novo Comandante. Depois deste momento de grande significado, o Comandante da USHE passou revista às forças em parada, passando de seguida a proferir uma alocução de posse de comando.

Após terminar a cerimónia o Comandante empossado recebeu os cumprimentos das delegações representativas de todas as subunidades da USHE na Sala de Honra da Unidade.

SÍNTESE CURRICULAR

Nasceu em 26 de Julho 1958, em Peniche, distrito de Leiria, e foi promovido ao actual posto em 22 de Julho de 2007.

Está habilitado com o Curso de Oficiais Milicianos do Exército, o Curso de Formação de Oficiais da GNR, o Curso de Promoção a Capitão, o Curso de Atualização e Aperfeiçoamento para Oficiais e o Curso de Promoção a Oficial Superior.

Possui ainda outros Cursos, de que se destacam o Curso de Mestres de Equitação, o Curso de Instrutores de Equitação, o Curso de Restabelecimento e Manutenção de Ordem Pública - Forças a Cavalo e o Curso de Qualificação de Emprego de Unidades Especializadas de Polícia (MSU).

Ao longo da sua carreira, prestou serviço em várias Unidades da Guarda Nacional Republicana:

No Regimento de Cavalaria da GNR desempenhou as funções de Comandante de Pelotão, Comandante de Esquadrão, Comandante de Grupo de Esquadrões, Chefe de diversas de Secções de Estado-Maior, Diretor de Instrução, Presidente do Conselho Administrativo e 2º Comandante da Unidade.

No antigo Batalhão 5 desempenhou as funções de Comandante de Destacamento Territorial.

No antigo Batalhão 2 desempenhou as funções de Adjunto da Secção de Operações, Informações e Instrução.

Em 3 de Abril de 2007 foi nomeado assessor do Ministro do Interior da República Democrática de Timor-Leste, cargo que desempenhou até 31 de Julho de 2008. Em 1 de Agosto de 2008 foi nomeado Oficial de Ligação do Ministério da Administração Interna junto da Embaixada de Portugal em Timor-Leste, tendo desempenhado estas funções até 31 de Agosto do corrente ano.

É casado e tem três filhos.



Indigitações e Nomeações

INDIGITAÇÕES:

Cor Cav ANTÓNIO MARIA VILAÇA DELGADO DOS ANJOS GALEGO, Liga dos Combatentes.

TCor Cav ANTÓNIO MANUEL DE ALMEIDA DOMINGUES VARREGOSO, EMGFA, em comissão normal.

NOMEAÇÕES:

Cor Cav CARLOS MANUEL SIBORRO REIS, Subdirector da DEd/CID.

Cor Cav JOÃO MANUEL VERA GONÇALVES FERNANDES, Subdirector da DF/CID.

Cor Cav CARLOS NUNO GOMES E SIMÕES DE MELO, Comandante do CMEFD.

Cor Cav VÍTOR MANUEL MEIRELES DOS SANTOS, Comandante da EPC.

TCor Cav MANUEL FRANCISCO PEREIRA DA LAPA, 2ª Comandante do RC6.

TCor Cav JOAQUIM LÚCIO DA SILVA E CONCEIÇÃO, Chefe do CR BRAGA.



CAP Cav PAULO FERNANDES

Resultados Provas Militares 2011

EPC

Iniciação

1 ^a	Maj Cav Luís Pimenta	Altiva de Mafra
2 ^a	Ten Cav Fátima Costa	Alvorada de Mafra
3 ^a	SAjd Cav Luís Sénia	Astral

Preliminar

1 ^a	TCor Cav Carmo Costa	Pegaso
2 ^a	Ten Cav GNR António Maio	Zebedeu
3 ^a	Guarda Cav Vitor Dias	Titânica de Foja

RC3

Iniciação

1 ^a	Cad Al Cav 4 ^a Ano Cerqueira	Janota de Mafra
2 ^a	Maj Cav Gomes da Silva	Barão
3 ^a	Sold Cav José Fernandes	Operacional de Foja

Preliminar

1 ^a	1Sar Cav GNR Antunes	Altiva
2 ^a	SCh Cav GNR Armindo Caixinha	Ramure
3 ^a	Cap Cav Carlos Lopes	Zanzibar de Mafra

QCAV/BRIGMEC

Iniciação

1 ^a	Cap Cav GNR Gomes Ferreira	Aleixo
2 ^a	Maj Cav Luís Pimenta	Altiva de Mafra
3 ^a	SAjd Cav Luís Sénia	Astral

Preliminar

1 ^a	Maj Cav GNR Lauro Marinho	Artur
2 ^a	Alf Cav GNR Sarmiento Barreiros	Titânica de Foja
3 ^a	TCor Cav Miguel Freire	Tágide de Mafra

1 Estrela

1 ^a	Cap Vet Francisco Medeiros	Zuidor
2 ^a	Ten Cav GNR António Maio	Zebedeu
3 ^a	Guarda Cav Ana Vale	Urtiga

RC6

Preliminar

1 ^a	Ten Cav GNR Fernando Pires	Angolano
2 ^a	1Sar Cav GNR Alberto Nunes	Altiva
3 ^a	Ten Cav GNR Gonçalves Garção	Travesso

1 Estrela

1 ^a	Cap Vet Francisco Medeiros	Zuidor
2 ^a	Cor Cav GNR	Rockford Meia Lua
3 ^a	Guarda Vitor Dias	Titânica de Foja

CMEFD SEM2011

Iniciação

1 ^a	Ten Cav Fátima Costa	Alvorada de Mafra
2 ^a	Guarda Cav Sérgio Melo	Ciclone
3 ^a	SAjd Cav Luís Sénia	Astral

Preliminar

1 ^a	SCh Cav GNR Armindo Caixinha	Ramure
2 ^a	Maj Cav Pedro Carvalho	Argentina de Mafra
3 ^a	Guarda Cav Odilio Martins	Tifany

CMEFD CEM2011

Iniciação

1 ^a	1SAR Sérgio Oliveira	Artemis
2 ^a	Sr. Ruben da Cruz	Castor
3 ^a	Cap Tiago Pires	Bainha

Preliminar

1 ^a	Sr. José Pereira	Fantástico
2 ^a	Sr. Miguel Catela	Arley de Vale Sabroso
3 ^a	Ten Carriço de Maio	Arauto

1 Estrela

1 ^a	Sr. Miguel Catela	Ulysse
2 ^a	Sr. Fernando Miguel	Príncipe do Oeste
3 ^a	Sr. Fernando Miguel	Onix

Campeonato Equestre Militar

1 ^a	Cap Francisco Medeiros	Zuidor
2 ^a	2SAR Carlos Fernandes	Unico
3 ^a	Ten André Borges	Quiri de Fôja



REVISTA
CAVALARIA

ASSOCIAÇÃO REVISTA DA CAVALARIA

SEDE: Regimento de Lanceiros N.º 2 – Calçada da Ajuda – 1349-054 LISBOA
E-mail: revistadacavalaria@gmail.com

ATENÇÃO
Envie este impresso directamente para a Associação e não para o seu Banco. O total preenchimento dos dados e a assinatura autorizada são indispensáveis

MILITAR: Posto, Arma, Situação (Activo, Reserva, Reforma)

Grid of 20 empty boxes for military information.

CIVIL: Título

Grid of 20 empty boxes for civil title information.

NOME

Grid of 20 empty boxes for name information.

MORADA

Grid of 20 empty boxes for address information.

LOCALIDADE

Grid of 20 empty boxes for locality information.

CÓDIGO POSTAL

Grid of 20 empty boxes for postal code information.

OUTROS CONTACTOS

Grid of 20 empty boxes for other contact information.

MODALIDADES PARA SER SÓCIO DA ASSOCIAÇÃO:

- 1.ª MOD. – Quota anual individual no valor de 15 Euros.
- 2.ª MOD. – Quota institucional anual no valor de 75 Euros (destinada a Associações U/E/O, Empresas).
- 3.ª MOD. – Quota anual para sócios beneméritos no valor de _____ Euros (valor nunca inferior à quota individual).
- 4.ª MOD. – Quota anual para instituições beneméritas no valor de _____ Euros (valor nunca inferior à quota da 2.ª Modalidade, destinada a Associações U/E/O, Empresas).

Exmos. Senhores

Venho por este meio autorizar a efectivação de transferência bancária regular para o pagamento das quotas da Associação Revista da Cavalaria no valor de _____ € por ano, a debitar em _____.

DADOS DA CONTA A DEBITAR

BANCO _____

DEPENDÊNCIA _____

LOCALIDADE _____

NI DA CONTA _____

NIB _____

EM NOME DE _____

DADOS DA CONTA A CREDITAR

SANTANDER TOTTA

Conta:
53148140020

NIB
001800005314814002012

Em nome de:
ASSOCIAÇÃO REVISTA DA CAVALARIA

Com os melhores cumprimentos

(assinatura igual à existente no Banco)

Data, _____ de _____ de _____

PODE SER FOTOCOPIADO

SISTEMA DE ARMAMENTO CT-CV™ DE 105 MM

testado com sucesso no Pandur II 8x8
no Campo Militar de Santa Margarida
em Dezembro de 2007



PANDUR Always ready for Operation

DEFENSE SOLUTIONS
FOR THE FUTURE



GENERAL DYNAMICS
European Land Systems